



**INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO  
INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO FINANCEIRO E DE  
TOMADA DE DECISÃO**

**DÁRIO ROCHA ANDRADE – N° 08.648**

**Mindelo, Abril de 2013**

**INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA COMO  
INSTRUMENTO DE PLANEAMENTO FINANCEIRO E DE  
TOMADA DE DECISÃO**

**ALUNO: DÁRIO ROCHA ANDRADE – Nº 08.648**

**ORIENTADORA: Dra. MARIA ROSA PIRES DA CRUZ**

**Mindelo, Abril de 2013**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais e irmãos, pelo  
apoio.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela vida, força e coragem para o alcance de mais um objectivo nesta longa caminhada.

Aos meus pais José Andrade e Martina Andrade, pela confiança depositado em mim.

A todos os meus familiares em especial aos meus irmãos Dimitri e Ludmir, a minha tia Maria Luiza e às minhas primas Dianira e Denizia.

À minha orientadora, Dra. Maria Rosa Pires da Cruz pela sua orientação e dedicação ao longo deste trabalho.

A todos os professores e funcionários do ISCEE em especial a professora Fátima Conceição pelos documentos disponibilizados para a realização deste trabalho.

À Sr<sup>a</sup>. Eva Gomes pelos documentos disponibilizados para a realização do estudo de caso e ao Sr. Zé Luis pelas informações, e as restantes pessoas entrevistadas que dispensaram um pouco do seu tempo para responder as perguntas.

A todas as pessoas que de uma forma directa ou indirecta contribuíram para a realização deste trabalho, MUITO OBRIGADO!

## RESUMO

O presente trabalho tem como objectivo evidenciar a importancia da demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

As informações fornecida pela demonstração dos fluxos de caixa serão de grande utilidade para a Administração, pois permitem compreender a alocação dos meios financeiros da entidade o que ajudará no planeamento financeiro e na tomada de decisões económico-financeiras. A demonstração dos fluxos de caixa como peça contabilística permite a Administração verificar a consistência dos planos projectados e estimar as exigências financeiras da entidade.

O trabalho inclui uma abordagem teórica seguido de um estudo de caso. Na abordagem teórica, fez-se a apresentação das principais teorias e conceitos sobre o tema. O estudo de caso incidiu sobre uma empresa nacional, a Enacol, em que analisou-se a demonstração do fluxo de caixa dos ultimos três anos, bem como os indicadores económicos e financeiros possibilitando a análise da situação financeira da empresa. Foi também utilizada a entrevista a pessoas ligadas a área de contabilidade numa empresa.

Os resultados obtidos mostram que a demonstração dos fluxos de caixa é um importante instrumento no planeamento financeiro e na tomada de decisões para a continuidade dos negócios das empresas.

**Palavras-chaves:** Demonstração dos Fluxos de Caixa, Planeamento Financeiro e Tomada de Decisão.

## **ABSTRACT**

This paper aims to highlight the importance of the statement of cash flows as a tool for financial planning and decision making.

All the information provided by the statement of cash flows will be very useful for the Administration, because they allow them to understand the allocation of the financial resources of the entity which will be a support in financial planning and decision-making in economic and financial areas. Being part of accounting, the statement of cash flows allows the Administration to verify the consistency of the projected plans and estimate the organization financial requirements.

The following work includes a theoretical approach followed by a case study. Within the theoretical approach was made a presentation of the main theories and concepts on the subject while the case study focused on a national company, Enacol, in which we analyzed the statement of cash flows for the last three years, as well as the economic and financial indicators enabling the analysis of the financial situation of the company. It was also used an interview used for people connected to a company in the accounting field.

Therefore, the results show that the statement of cash flows is an important tool in financial planning and decision making for the continuity of companies businesses.

**Keywords:** Statement of Cash Flows, Financial Planning and Decision Making.

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA.....</b>	<b>I</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>II</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>III</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>IV</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>XI</b>
<b>CAPITULO 1. EQUADRAMENTO GERAL DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Apresentação e justificação do tema.....	1
1.2.Objectivo do trabalho.....	2
1.3.Metodologia.....	3
1.4. Conceitos-chaves.....	5
1.5. Estrutura do trabalho.....	5
<b>CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>6</b>
2.1. Demonstrações financeiras.....	6
2.1.1. Conceitos, utentes e elementos das demonstrações financeiras.....	6
2.1.2. Características qualitativas das demonstrações financeiras.....	8
2.2. A demonstração dos fluxos de caixa.....	10
2.2.1. A história da DFC.....	11
2.2.2. DFC no contexto internacional e nacional.....	14

2.2.3. Os objectivos da DFC.....	16
2.2.4. Fontes de informação, fases e métodos da elaboração das DFC.....	18
2.2.5. DFC previsional.....	24
2.2.6. Vantagens e inconvenientes da DFC.....	25
2.3. Comparação entre a DFC e as outras DFs.....	25
2.3.1. DFC vs Balanço.....	25
2.3.2. DFC vs Demonstração Resultados.....	27
2.4. O planeamento financeiro e a tomada de decisão.....	28
2.4.1. O planeamento financeiro.....	28
2.4.2. A tomada de decisão.....	32
<b>CAPÍTULO 3. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A DFC E O PLANEAMENTO FINANCEIRO E A TOMADA DE DECISÃO.....</b>	<b>35</b>
3.1. Classificação das actividades dos fluxos de caixa e a sua relação com o planeamento financeiro e a tomada de decisão.....	35
3.2. Rácios obtidos através da DFC que auxilia no planeamento financeiro e na tomada de decisão.....	39
<b>CAPÍTULO 4. ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>40</b>
4.1. Caracterização da empresa Enacol.....	40
4.2. Análise da DFC e dos indicadores económicos e financeiros da Enacol.....	41
4.2.1. Análise da DFC da Enacol.....	42
4.2.2. Análise dos indicadores económicos e financeiros da Enacol.....	51
4.3. Apreciação dos resultados obtidos.....	56
<b>CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>57</b>
5.1. Análise das entrevistas.....	57



<b>CAPÍTULO 6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APB – Accounting Principles Board

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DFCP – Demonstração Fluxo Caixa Previsional

DFs – Demonstrações Financeiras

DR – Demonstração Resultados

FASB – Financial Accounting Standard Board

IAS – International Accounting Standard

IASB – International Accounting Standards Board

mECV – milhares Escudos Cabo-Verdiano

MOAF – Mapa de Origens e de Aplicação Fundos

NIC – Norma Internacional Contabilidade

NRF – Norma Relato Financeiro

PNC – Plano Nacional Contabilidade

SNCRF – Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro

§ - Paragrafo

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura I - Planeamento financeiro.....	29
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro I – Modelo de Demonstração Fluxo Caixa – Método Directo.....	20
Quadro II – Modelo de Demonstração Fluxo Caixa – Método Indirecto.....	22
Quadro III – Demonstração dos fluxos de caixa da ENACOL pelo método directo.....	43
Quadro IV – Indicadores económicos e financeiros da Enacol.....	51

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Resultado líquido.....	41
Gráfico II – Fluxo caixa actividade operacional 2010/2009.....	44
Gráfico III – Fluxo caixa de actividade operacional 2011/2010.....	45
Gráfico IV – Pagamentos de activos fixos tangíveis.....	46
Gráfico V – Pagamentos de activos intangíveis.....	47
Gráfico VI – Recebimentos de activos fixos tangíveis.....	48
Gráfico VII – Recebimentos de financiamentos obtidos.....	50
Gráfico VIII – Variação de caixa e seus equivalentes.....	51
Gráfico IX – Liquidez geral.....	52
Gráfico X – Solvabilidade.....	54

# **CAPÍTULO 1**

## **ENQUADRAMENTO GERAL DA INVESTIGAÇÃO**

Neste primeiro capítulo pretende-se contextualizar o presente trabalho de investigação enquadrando em termos teórico e na realidade geográfica em que foi desenvolvido. Neste sentido após a apresentação e justificação do tema, são apresentados os objectivos, a metodologia utilizada, os conceitos chave subjacentes a investigação e por ultimo a estrutura que servirá de guia à própria elaboração da investigação.

### **1.1. Apresentação e justificação do tema**

Tendo em conta a actual conjuntura económica, as empresas deparam com uma variedade de desafios no seu quotidiano e cabe a administração financeira estar preparada para os enfrentar de forma a administrar e gerir com competência os recursos financeiros disponíveis na entidade, para que as decisões tomadas venham a garantir a sua saúde financeira. As exigências do mercado requerem que os esforços sejam contínuos de modo a que a nível financeiro haja um equilíbrio entre entradas e saídas de recursos financeiros, desta forma cada vez mais é crucial um rigoroso planeamento financeiro uma vez a actividade financeira requer um acompanhamento permanentemente dos resultados, com o objectivo de avaliar o desempenho, bem como proceder a ajustes e correcções necessárias para a maximização da riqueza. É neste âmbito que o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) inclui a Demonstração de fluxo de caixa como uma das demonstrações financeiras obrigatórias, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras, uma vez que contêm toda a informação útil e necessária para compreensão da actividade financeira. A análise histórica desta Demonstração financeira irá permitir à Administração compreender a evolução e o desempenho da entidade no sentido de prover os recursos financeiros necessários para que os vários compromissos sejam cumpridos.

A 04 de Fevereiro de 2008, o Governo de Cabo Verde, através do Decreto-Lei nº 5/2008 procedeu á adopção do Sistema Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), em substituição do Plano Nacional Contabilidade (PNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/84, de 30 de Janeiro. Com a entrada em vigor do SNCRF, a contabilidade nacional veio acompanhar os desenvolvimentos ocorridos nas directrizes internacionais relativamente à qualidade da informação financeira. Com essas alterações introduzidas prevê-se a evolução do sistema fiscal, a modernização do tecido económico do país e do mercado de capitais, bem como o empenho em melhorar a qualidade das demonstrações financeiras e do relato financeiro das empresas, um inequívoco ganho para Cabo Verde tendo em conta a credibilidade do funcionamento da sua economia. Com este normativo, as entidades viram-se obrigadas a apresentarem a demonstração de fluxo de caixa, deu a pertinencia em analisar a importância da demonstração do fluxo de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

Com a entrada de Cabo Verde na categoria de países de desenvolvimento médio onde passa a ser promotor do seu processo de crescimento e desenvolvimento económico, o que seguramente passa pelo aumento significativo da produtividade, onde a concorrência faz se sentir, as empresas precisam ter um conhecimento correcto a respeito das suas disponibilidades para as devidas aplicações necessárias e a melhor utilização das mesmas. Neste sentido, a demonstração de fluxo de caixa se torna um instrumento administrativo indispensável ao gestor financeiro de uma empresa como no desenvolvimento de um planeamento financeiro da mesma, seja por auxiliar na tomada de decisões ao revelar no presente ou no futuro, através de projecções, situações de escasses ou excesso de recursos.

## **1.2. Objectivo do trabalho**

### **1.2.1. Objectivo geral**

Evidenciar a importância da demonstração do fluxo de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

### **1.2.2. Objectivo específico**

Para atingir o objectivo geral pretende-se alcançar os seguintes objectivos específicos:

- Revisar o conceito da demonstração do fluxo de caixa, planeamento financeiro e tomada de decisão;
- Conhecer os métodos utilizados na elaboração da demonstração do fluxo de caixa;
- Apresentar algumas vantagens e desvantagem da demonstração do fluxo de caixa;
- Apresentar a importância da demonstração do fluxos de caixa no planeamento financeiro e na tomada de decisão;
- Apresentar um estudo caso numa empresa e entrevistas a pessoas ligadas à área de contabilidade.

### **1.3. Metodologia**

Tendo em conta os objectivos predonizados, tivemos a necessidade de recorrer, naturalmente, a pesquisas bibliográficas, através da consulta de livros, estudos de trabalhos técnicos – científicos já publicados sobre a matéria, lei e decreto-lei, sites na internet, entrevistas e um estudo de caso.

Primeiramente, recorreremos a fontes bibliográficas e a internet, de forma a construir uma base histórica e teórica consistente sobre o tema em questão. A análise e interpretação dos dados e informações daí decorrentes foram feitas conforme os padrões e normas geralmente aceites.

O estudo de caso foi aplicado na empresa Enacol, onde analisamos a demonstração dos fluxos de caixa e os indicadores económicos e financeiros.

As entrevistas foram feitas a pessoas ligadas à área de contabilidade de uma empresa. Segundo Marconi & Lakatos (2006), a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a



fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Marconi & Lakatos (2006), refere que há diferentes formas de entrevistas, que variam de acordo com o propósito do entrevistador:

- a. **Padronizada ou estruturada** – é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efectuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.
- b. **Despadronizada ou não estruturada** – o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direcção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.
- c. **Painel** – consiste na repetição de perguntas, de tempo em tempo, às mesmas pessoas, a fim de estudar a evolução das opiniões em períodos curtos. As perguntas devem ser formuladas de maneira diversa, para que o entrevistado não distorça as respostas com essas repetições.

O entrevistador deve cultivar duas características fundamentais que são a capacidade de ouvir atentamente e a de entender o que está a ser efectivamente dito pelo entrevistado (Ferreira & Serra, 2009). O entrevistador não deve impor ideias, aconselhar ou suggestionar o entrevistado, deve sim, procurar exemplos concretos sobre o que está a ser dito (Ferreira & Serra, 2009).

O tipo de entrevista utilizado foi a padronizada ou estruturada onde o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; as perguntas feitas ao indivíduo são predeterminadas. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efectuada de preferência com pessoas selecionadas de acordo com um plano.

#### 1.4. Conceitos-chaves

- **Caixa:** compreende o dinheiro em caixa e em depósitos á ordem.
- **Fluxos de caixa:** compreende as entradas e as saídas de caixa e seus equivalentes, sendo que ás entradas estão associados os recebimentos/influxos e ás saídas os pagamentos/exfluxos.
- **Equivalentes de caixa:** representam investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que podem ser rapidamente convertíveis em quantias de dinheiro e o risco de alteração de valor insignificante.
- **Actividades operacionais:** representam as principais actividades geradoras de réditos da empresa e outras actividades que não sejam consideradas de investimento ou de financiamento.
- **Actividades investimento:** engloba as aquisições e alienações de activos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- **Actividades de financiamento:** inclui as actividades que tem como consequência a alteração da dimensão e composição do capital próprio e dos empréstimos contraídos pela empresa.

#### 1.5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, correspondendo o primeiro ao enquadramento geral da investigação. O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento teórico. O terceiro capítulo tem como objectivo a análise da relação entre a demonstração dos fluxos de caixa e o planeamento financeiro e a tomada de decisão e os rácios obtidos a partir da demonstração dos fluxos de caixa. O quarto capítulo, procedemos ao estudo de caso da empresa Enacol onde analisamos a demonstração dos fluxos de caixa e os indicadores económicos e financeiros. O quinto capítulo, fez-se a análise dos resultados das entrevistas.

Por fim, no sexto capítulo apresentámos as conclusões e as limitações resultantes desta investigação.

## **CAPÍTULO 2**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

#### **2.1. As Demonstrações Financeiras**

##### **2.1.1. Conceitos, utentes e elementos das demonstrações financeiras**

Segundo a Norma Internacional de Contabilidade (NIC1), entende-se por demonstrações financeiras a representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma determinada entidade.

Segundo Almeida e Barros (2009), o objectivo das demonstrações financeiras (DFs) é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões.

Para satisfazer estes objectivos, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio e ainda acerca dos fluxos de caixa. Estas informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa, juntamente com informação contida nas notas, ajudam os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e a sua tempestividade e o grau de incerteza.

De acordo com a Estrutura Conceptual (adoptado pelo nosso SNCRF) são consideradas como utentes das DFs:

- **Os investidores** - preocupam-se com os riscos inerentes aos seus investimentos e ao retorno proporcionado pelos, seus investimento. Assim sendo, necessitam de informação que ajude na decisão de investir/desinvestir. Os accionistas estão, por seu lado, interessados na informação que lhes possibilite avaliar da capacidade da empresa em pagar os seus dividendos e aumentar o valor da sua participação financeira.

- **Trabalhadores** - a eles e aos seus grupos representativos (sindicatos e outros) interessa-lhes não só informação acerca da estabilidade e eficácia das organizações como também informação que lhes permita avaliar a sua capacidade de fazer face às remunerações, benefícios de reforma e oportunidades de emprego.
- **Financiadores** – eles estão interessados na informação que lhes possibilite avaliar se os seus empréstimos e correspondentes juros serão pagos nas datas de vencimento.
- **Fornecedores** – eles estão interessados na informação que lhes possibilite verificar se as quantias devidas são pagas nas respectivas datas de vencimento, bem como do potencial da empresa em termos da sua actividade futura.
- **Clientes** – a eles têm interesse em verificar que existem condições para a continuidade da sua fonte de investimento.
- **Governo e seus departamentos** – para eles as empresas são vistas em deferentes perspectivas. São fonte de uma parte significativa das receitas do orçamento, são empregadores e ainda são utentes do serviço público.
- **Público** – reconhece-se a crescente importância social das empresas, pelo impacto que tem na comunidade. Assume principalmente relevância a prestação de informação das empresas cotadas em bolsa.

As DFs devem apresentar apropriadamente a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos caixa de uma entidade. As DFs retratam os efeitos das transacções e outros acontecimentos ao agrupá-los em grandes classes de acordo com as suas características( Almeida & Barros, 2009).

Estas grandes classes são constituídas pelos seguintes elementos das demonstrações financeiras:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Demonstração de alterações do capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa.

Os elementos directamente relacionados com a mensuração da posição financeira no balanço são os activos, os passivos e os capitais próprios. Os elementos directamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração dos resultados são os rendimentos e os gastos. A demonstração de alterações na posição financeira reflecte geralmente elementos da demonstração dos resultados e as alterações de elementos do balanço.

### **2.1.2. Características qualitativas das demonstrações financeiras**

De acordo com a estrutura conceptual (adoptado pelo nosso SNCRF) as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas DFs útil aos utentes. As quatro principais características qualitativas são:

- A compreensibilidade;
- A relevância;
- A fiabilidade;
- A comparabilidade.

#### **Compreensibilidade**

Uma qualidade essencial da informação proporcionada nas DFs é a de que seja rapidamente compreensível pelos utentes.

Porém, a informação acerca de matérias complexas, a incluir nas DFs dada a sua relevância para a tomada de decisão dos utentes, não deve ser excluída meramente com o fundamento de que ela possa ser demasiado difícil para a compreensão de certos utentes.

#### **Relevância**

Para ser útil, a informação tem de ser relevante para a tomada de decisões dos utentes. A informação tem a qualidade da relevância quando influencia as decisões económicas

dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou ainda confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas.

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. Nalguns casos, a natureza da informação é por si só mesma suficiente para determinar a sua relevância. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões das utentes tomadas na base das DFs. A materialidade depende da dimensão do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou distorção. Por conseguinte, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte, não sendo uma característica qualitativa primária que a informação tenha de ter para ser útil, está no entanto ligada à característica qualitativa da relevância, e deve ser analisada nesse contexto.

### **Fiabilidade**

Para que seja útil, a informação também deve ser fiável. A informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidignamente o que ela é ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente.

Para que a informação se considere fiável ela deve atender também: à sua substância e realidade económica e não meramente com a sua forma legal; à sua neutralidade; à aplicação de prudência na sua preparação; e à sua plenitude.

Para ser fiável, a informação deve representar fidignamente as transações e outros acontecimentos. O que ela pretende representar ou possa razoavelmente representar é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos necessários ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma que os activos ou os rendimentos não sejam sobreavaliados e os passivos ou gastos não sejam subavaliados. Porém, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de activos ou de rendimentos, ou a deliberada sobre avaliação de passivos ou de gastos, porque as DFs não seriam neutras e, por isso, não teriam a qualidade de fiabilidade.

Para que seja fiável, a informação nas demonstrações financeiras deve ser completa dentro dos limites de materialidade e de custo. Uma omissão pode fazer com que cada informação seja falsa ou enganadora e por conseguinte não fiável e deficiente em termos da sua relevância.

### **Comparabilidade**

Os utentes têm de ser capazes de comparar as DFs de uma entidade ao longo do tempo a fim de identificar tendências na sua posição financeira, no seu desempenho e das alterações na posição financeira. Os utentes têm também de ser capazes de comparar as DFs de diferentes entidade a fim de avaliar de forma relativa a sua posição financeira, o seu desempenho e as alterações na posição financeira. Daqui que a mensuração e exposição dos efeitos financeiros de transacções e outros acontecimentos semelhantes devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo nessa entidade e de maneira consistente para diferentes entidades.

Uma implicação importante da característica qualitativa da comparabilidade é a de que os utentes sejam informados das políticas contabilísticas usadas na preparação das DFs, de quaisquer alterações nessas políticas e dos efeitos de tais alterações. Os utentes necessitam ser capazes de identificar diferenças entre as políticas contabilísticas para transacções e outros acontecimentos semelhantes usados pela mesma entidade de período para período e entre diferentes entidades.

A conformidade com as normas relato financeiro (NRF), incluindo a divulgação das políticas contabilísticas usadas pela entidade, ajudam a atingir a comparabilidade.

### **2.2. A Demonstração dos fluxos de caixa**

Segundo Borges & Rodrigues (2008) a demonstração de fluxos de caixa é um quadro de informação histórica detalhada que evidencia os recebimentos e os pagamentos de uma empresa durante um determinado período de tempo. Trata-se de um quadro que visa responder a uma questão simples mas que preocupa muitos empresários que é saber de onde veio o dinheiro e onde foi aplicado.

A demonstração de fluxos de caixa (DFC) representa uma das demonstrações financeiras actualmente exigidas às entidades sujeitas ao SNCRF. As informações fornecida pela DFC serão de grande utilidade para a Administração, pois permitem compreender a alocação dos meios financeiros da entidade para o seu planeamento financeiro e na tomada de decisões económico-financeiras. Conforme referido na NRF 2- Demonstração de fluxos de caixa, a DFC deve proporcionar informações históricas e relatar os fluxos de caixa durante determinado período sendo classificados por actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A DFC como peça contabilística permite a Administração verificar a consistência dos planos projectados e estimar as exigências financeiras da entidade. Também em conjunto com as restantes demonstrações financeiras permite melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira, no que diz respeito a capacidade de gerar meios financeiros para satisfazer os compromissos em tempo útil (Caiado & Gil, 2004). É de vital importância para a eficácia administrativa das empresas, independentemente da sua dimensão.

### **2.2.1. A história da DFC**

Com o desenvolvimento da contabilidade, operado na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a óptica de caixa (“cash basis”) veio a ser substituída pela óptica do acréscimo (“accrual basis”) no apuramento do resultado. A determinação deste, para além do apuramento das vendas e dos consumos, suscitava a necessidade de efectuar determinadas periodizações de gastos e rendimentos (Caiado & Gil, 2004).

O movimento da harmonização contabilística, que entretanto ocorreu, muito contribuiu para a divulgação da perspectiva do acréscimo no cálculo do resultado de cada exercício. Além disso deve-se salientar que, na referida perspectiva do resultado, o excedente de caixa do exercício constitui uma grandeza real, mais objectiva e mais facilmente identificável. Por isso, os gestores são naturalmente mais receptivos e mais sensíveis a um “resultado” que esteja expresso como excedente líquido, em contraste



com o excedente económico que aparece diluído pelos elementos patrimoniais sem uma identificação definida (Caiado & Gil, 2004).

Por outro lado, os fluxos de caixa constituem grandesas relevantes nos processos de análise do investimento e do financiamento, bem como na avaliação de empresas.

Até a II Grande Guerra, a demonstração de fluxos de caixa não foi considerada relevante para os gestores e analistas financeiros (Caiado & Gil, 2004). Nas décadas posteriores, começou a surgir num número crescente de relatórios anuais das empresas em que se notava falta de uniformidade na terminologia, no âmbito e no formato. A informação então divulgada cingia-se á comparação da situação financeira de um balanço para outro, não se explicitando as divergências entre os resultados constantes dos documentos de prestação de contas e os fundos disponíveis para a distribuição de dividendos, pagamentos de dívidas e aquisição de activos fixos.

Considerando a ausência destas informações nas contas, o “American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)” publicou, em 1961, um estudo de pesquisa contabilística intitulado “Análise dos Fluxos de caixa e o Mapa de Origens e Aplicações de Fundos”, da autoria do “Accounting Principles Board (APB)”, instituição igualmente americana (Caiado & Gil, 2004). A publicação não obrigatória deste mapa ganhou popularidade até 1971, ano em que o APB publicou a opinião nº19 em que considerava que um mapa financeiro devia ser divulgado para preencher as lacunas entre o balanço, a demonstração de resultados e a aplicação de resultados.

Nos anos oitenta, aumentou o interesse do mapa em causa, designadamente na importância em divulgar os fluxos de caixa aos destinatários dos documentos de prestação de contas face às suas expectativas. A clareza e a utilidade desta informação, aliadas à comparabilidade dos documentos, foram determinantes para que o “Financial Accounting Standar Board (FASB)” elaborasse um memorando em que resumia a importância dos fluxos e a liquidez financeira (Caiado & Gil, 2004).

A referida falta de comparabilidade entre os documentos de prestação de contas de várias empresas, acrescida do reconhecimento da importância das informações referentes aos fluxos de caixa , levaram FASB a aprovar, em 1987, a norma 95 –

“Demonstração de Fluxos de Caixa” que revogou a citada opinião nº19 (Caiado & Gil, 2004).

Contudo a norma nº 95 exige que uma empresa , para além de elaborar um conjunto de documentos de prestação de contas em que divulgue não apenas a respectiva situação financeira, mas também os resultados das suas operações, deve igualmente elaborar uma demonstração dos fluxos de caixa para cada período em que traduza, em unidades monetárias, os resultados das operações. Esta exigência aplica-se a todas as empresas, incluindo instituições financeiras e pequenas empresas. O “International Accounting Standard Committee (IASC)” (actualmente substituído pelo IASB – International Accounting Standards Board), aprovou entretanto a Norma Internacional de Contabilidade nº 7, intitulada “Statement of Changes in Financial Position”, que foi revista e substituída em outubro de 1992 pela demonstração dos fluxos de caixa, passando a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1994.

Ao nível dos países da União Europeia o interesse por esta demonstração vem aumentando, havendo vários países membros que desenvolveram estudos neste sentido. No seguimento das respostas do inquérito distribuído em meados de 1993, o Fórum Consultivo da Contabilidade decidiu criar um grupo de trabalho com o objectivo de preparar um documento entretanto aprovado e eventualmente recomendado pela União aos países membros(Caiado & Gil, 2004). O documento de trabalho elaborado pelo grupo foi intitulado “cash flow statements” e foi objecto de discussão pelos membros do Fórum nas reuniões entretanto havidas. Contudo, não foi fácil obter consensos nesta matéria que fez repensar certas ópticas contabilísticas amplamente praticadas e divulgadas nos países europeus.

Por outro lado, a demonstração dos fluxos de caixa veio dar um passo importante na divulgação objectiva do mapa da demonstração de origem e aplicação de fundos como um meio de reconciliar as alterações das rubricas do balanço de um momento para outro.

Importa referir que as maiores dificuldades, ao nível das exigências da preparação e divulgação, se concentram na classificação rigorosa das categorias de fluxos de caixa operacionais, de investimento e de financiamento.

Em Cabo Verde o Plano Nacional Contabilidade (PNC) que antes servia de base de preparação das demonstrações financeiras, previa a elaboração do Mapa de Origens e Aplicação de Fundos (MOAF) de utilização facultativa e que com a entrada em vigor do SNCRF veio a ser revogada em detrimento da Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhando assim o movimento mundial da substituição da MOAF pela DFC, mapa este muito pouco utilizado em Cabo Verde, e que o facto de ter caído em desuso noutras paragens a mais tempo faz com que tenham número menor de usuários. A verdade é que a sua substituição adveio do facto de a informação prestada pela DFC ser de maior relevância e melhor compreensão para os utentes daquelas informações.

### **2.2.2. DFC no contexto Internacional e Nacional**

A Norma Internacional Contabilidade (NIC 7), diz que as informações acerca do fluxo de caixa de uma entidade, é útil ao proporcionar aos utentes das demonstrações financeiras uma base para determinar a capacidade da entidade para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da entidade de utilizar esses fluxos de caixa.

Deacordo com a NIC nº 7 as informações do fluxo de caixa da entidade tem benefícios que podem ser destacada:

- Uma demonstração de fluxos de caixa, quando usada juntamente com as restantes demonstrações financeiras, proporciona informação que facilita aos utentes avaliar as alterações nos activos líquidos de uma entidade, e a sua estrutura financeira (incluindo a sua liquidez<sup>1</sup> e a solvabilidade<sup>2</sup>) e a sua

---

<sup>1</sup> Liquidez determina a capacidade da empresa para satisfazer os seus compromissos de curto prazo, Nabais & Nabais (2005, p.249).

<sup>2</sup> Solvabilidade é a capacidade da empresa para solver os seus compromissos a médio e longo prazo, isto é, a capacidade de pagar as dividas, Nabais & Nabais (2005, p.249).

capacidade de afectar as quantias e a tempestividade dos fluxos de caixa afim de se adaptar às circunstâncias e oportunidades em mudança. A informação de fluxos de caixa é útil na determinação da capacidade da entidade gerar dinheiro e seus equivalentes e facilitar aos utentes desenvolver modelos para determinar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes entidades. Aumenta também a comparabilidade do relato do desempenho operacional por diferentes entidades porque elimina os efeitos do uso de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas operações e acontecimentos.

- A informação do fluxo de caixa histórico é muitas vezes usada como um indicador da quantia, tempestividade e certeza de fluxos de caixa futuros. É também usada na verificação do rigor de avaliações passadas de fluxos de caixa futuros e no exame de relacionamento entre lucratividade e fluxo de caixa líquido e no impacto de variações de preços.

O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financiero (SNCRF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008, de 4 de Fevereiro e a vigorar em Cabo Verde desde 1 de Janeiro de 2009 veio substituir o Plano Nacional de Contas (PNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/84, de 30 de Janeiro, com o objectivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas directivas internacionais quanto a qualidade da informação financeira. Assim as alterações introduzidas têm em conta o tecido empresarial a estrutura e a dimensão das entidades em Cabo Verde e a previsível evolução do sistema fiscal, a modernização do tecido económico do País e do mercado de capitais, bem como a preocupação de melhorar a qualidade das demonstrações financeiras e do relato financeiro das empresas, como factor de credibilidade ao funcionamento da economia real em Cabo Verde.

A demonstração de fluxos de caixa sendo uma demonstração financeira estabelecida pelas normas de relato financeiro do novo normativo contabilístico aparece como uma demonstração financeira de carácter obrigatório. No artigo 7º do Decreto-Lei nº 5/2008 podemos ler: “As entidades sujeitas ao SNCRF são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanços;
- b) Demonstração dos Resultados por Natureza;
- c) Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- d) **Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método directo ou pelo método indirecto;**
- e) Anexo”

Este normativo dispensa as pequenas entidades da apresentação destes mapas.

Os procedimentos para a elaboração do mapa de fluxos de caixa encontra-se vertidos na Norma de Relato Financeiro 2 – ( NRF2) - do SNCRF.

### **2.2.3. Os objectivos das DFC**

Segundo a Norma Internacional Contabilidade (NIC nº 7), o objectivo da DFC é proporcionar aos utentes da informação financeira uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da empresa de utilizar esses fluxos, em tempo útil.

O objectivo da DFC é de proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos de uma empresa, ocorridas durante um determinado período (Caiado & Gil, 2004).

De acordo com Almeida e Barros (2009), a DFC tem como objectivo relatar os fluxos de caixa do período, classificando-os quanto ao seu destino ou origem por tipo de actividades: operacionais, de investimento e de financiamento, proporcionando assim informação que permite determinar o impacto dessas actividades na posição financeira da entidade e nas quantidades de caixa e seus equivalentes.

Um outro objectivo importante do mapa de fluxo de caixa é proporcionar aos utentes da informação financeira uma análise criteriosa do desempenho do fluxo financeiro da empresa, pois só assim o gestor poderá aferir os resultados, visualizar deficiências e evitar eventuais desajustes, logo, conduzir a uma melhor tomada de decisão. Por isso, com a utilização da Demonstração de Fluxos de Caixa, o usuário dessa demonstração

tem uma visão de planeamento, de tomada de decisão e cede ao gestor a capacidade em lidar com muitas acções respeitantes ao caixa.

Segundo Caiado & Gil (2004), essa demonstração pode permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem:

- A capacidade da empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- A capacidade de a empresa honrar os seus compromissos, pagar dividendos e retomar os empréstimos obtidos;
- A liquidez, solvencia e flexibilidade financeira da empresa;
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transacções de investimentos e de financiamentos.

A DFC tem como finalidade apresentar a informação relativamente as alterações da posição financeira e do desempenho no que concerne as actividades realizadas pela entidade. A partir da DFC os responsáveis pelo planeamento financeiro poderão obter dados relevantes que auxiliem a previsão, o controle, o registo de entradas e saídas de recursos financeiros durante um determinado período, uma vez que contem informações sobre a vida financeira da empresa. Ainda, esta demonstração tem como finalidade as informações sobre o estado de liquidez da empresa; a forma como utilizar seus recursos por um determinado período; se há capacidade da empresa aplicar recursos e/ou se há necessidade de financiamento.

Em síntese pode-se dizer que a DFC revela as seguintes informações:

- As actividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- A capacidade para gerar caixa e equivalentes de caixa;
- A necessidade de utilizar os fluxos de caixa.

Através da DFC, e com base em dados históricos a empresa poderá saber antecipadamente (no início de um período) o que ela terá de necessidade ou de excedentes de recursos financeiros, podendo assim optar pelas decisões mais adequadas

para solucionar seus impasses. A sua adopção instrumento financeiro, proporciona á empresa:

- Um auto-planeamento com a utilização de dados históricos/estatísticos;
- Uma visão de curto e medio prazo sobre o seu desempenho;
- Um planeamento de investimentos, quando os dados um determinado intervalo de tempo, apresentarem indices de crescimento acentuado;
- Capacidade de tomada de decisão rápidas, fundamentadas ao deparar com dificuldades financeiras.

#### **2.2.4. Fontes de informação, fases e métodos da elaboração das DFC**

As informações para preparar a demonstração dos fluxos de caixa provêm de três fontes (Caiado & Gil, 2004):

- **Balanços comparativos:** as informações destes documentos indicam o montante das variações nas rubricas do activo, do passivo e do capital próprio do início para o final do período;
- **Demonstração dos resultados:** as informações deste documento ajudam a determinar o montante de caixa originado ou a ser utilizado pelas operações durante o período;
- **Alguns dados complementares:** os dados seleccionados são obtidos das contas do razão e fornecem as informações adicionais detalhadas que são necessárias para determinar como a caixa e equivalentes foi provisionada ou utilizada durante o período.

A preparação da demonstração de fluxos de caixa deverá compreender as seguintes fases (Caiado & Gil, 2004):

- **Determinação da variação de caixa:** a diferença entre caixa do balanço inicial e final pode ser imediatamente calculada a partir da comparação de balanços;

- **Determinação dos fluxos de caixa das operações:** envolve análise da demonstração de resultados do período e dos balanços comparativos, bem como a análise de alguns dados das operações;
- **Demonstração dos fluxos de caixa das actividades de investimento e financiamento:** análise de todas as outras variações das contas do Balanço, para determinar o correspondente efeito em caixa.

As DFC podem ser elaborada pelo método directo ou pelo método indirecto (IAS 7 e NRF 2):

#### **i. Método directo**

Segundo Caiado & Gil (2004) diz que o método directo permite a divulgação dos componentes de fluxos de caixa dos recebimentos e pagamentos em termos brutos.

Só é possível apresentar a DFC por este método por duas vias:

- A partir dos registos contabilísticos da entidade; ou
- Pelo ajustamento das vendas, custos das vendas e outros itens da demonstração dos resultados relativamente a:
  - a) Alterações, durante o período, em inventários e em contas a receber e a pagar, relacionadas com a actividade operacional;
  - b) Outros itens que não sejam de caixa; e
  - c) Outros itens pelos quais os efeitos de caixa sejam fluxos de caixa de investimento ou financiamento.

Na página seguinte apresentamos o modelo do mapa de fluxos de caixa pelo método directo conforme estabelecido no SNCRF.



## Quadro I – Modelo de Demonstração Fluxo Caixa – Método Directo

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade \_\_\_\_\_

Outros Elementos \_\_\_\_\_

### DEMONSTRAÇÃO (individual/consolidada) DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ e \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	PERÍODO		
	N		N-1
	Notas	Valores	Valores
<b>Método Directo</b>			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
<i>Recebimentos de clientes</i>			
<i>Pagamentos a fornecedores</i>			
<i>Pagamentos ao pessoal</i>			
<i>Caixa gerada pelas operações</i>			
<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i>			
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
<i>Activos fixos tangíveis</i>			
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros activos</i>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
<i>Activos fixos tangíveis</i>			
<i>Activos intangíveis</i>			
<i>Investimentos financeiros</i>			
<i>Outros activos</i>			
<i>Subsídios ao investimento</i>			
<i>Juros e rendimentos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b><u>Recebimentos provenientes de:</u></b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Cobertura de prejuízos</i>			
<i>Doações</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
<b><u>Pagamentos respeitantes a:</u></b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>			
<i>Juros e gastos similares</i>			
<i>Dividendos</i>			
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>			
<i>Outras operações de financiamento</i>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			

(1) – O escudo, admitindo-se em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de escudos.

## **ii. Método indirecto**

O método indirecto é aquele em que o resultado liquido é ajustado de modo a excluïrem-se os efeitos de transacções que não sejam dinheiro, acrescimos e diferimentos relacionadas com recebimentos e pagamentos passados ou futuros e contas de gastos ou rendimentos relacionadas com fluxos de caixa respeitantes as actividades de investimento ou de financiamento (Santos, 2004).

Neste método, o fluxo de caixa liquido das actividades operacionais é determinado pelo ajustamento dos resultados relativamente aos efeitos de:

- a) Alterações, durante o período, em inventário e em contas a receber e a pagar, relacionadas com a actividade operacional;
- b) Itens que não sejam de caixa tais como depreciações, ajustamentos, provisões, impostos diferidos, ganhos não realizados de moeda estrangeira, lucros de associadas não distribuídos e interesses minoritários; e
- c) Todos os outros itens quando aos efeitos de caixa sejam fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

Na página seguinte apresentamos o modelo do mapa de fluxos de caixa pelo método indirecto conforme estabelecido no SNCRF.

## Quadro II – Modelo de Demonstração Fluxo Caixa – Método Indirecto

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade \_\_\_\_\_

Outros Elementos \_\_\_\_\_

### DEMONSTRAÇÃO (individual/consolidada) DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ e \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	PERÍODO		
	N		N-1
	Notas	Valores	Valores
<b>Método Indirecto</b>			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>			
Resultado líquido do exercício			
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações			
Imparidades (perdas/reversões)			
Justo valor (reduções/aumentos)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Diferenças de câmbio não realizadas (ganhos/perdas)			
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Alienação de activos fixos tangíveis (ganhos/perdas)			
Outros gastos e rendimentos			
Activos biológicos (aumento/diminuição)			
Inventários (aumento/diminuição)			
Contas a receber (aumentos/diminuições)			
Gastos diferidos (aumentos/diminuições)			
Contas a pagar (aumentos/diminuições)			
Rendimentos diferidos (aumentos/diminuições)			
Outros activos correntes (aumentos/diminuições)			
Outros passivos correntes (aumentos/diminuições)			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de das Actividades de Investimento (2)			
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 +2+3)</b>			
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			

Apresentado estes dois métodos de elaboração da demonstração de fluxos de caixa, há que referir que a informação contabilística deve relatar a DFC utilizando apenas um dos dois métodos citados anteriormente. A NRF 2 incentivam as entidades a preveligiar o método directo para o relato dos fluxos de caixa de actividades operacionais, pois este método proporciona informação que pode ser útil na estimativa de fluxos de caixa futuros e que não é disponibilizada pelo método indirecto.

A diferença na elaboração da DFC entre o método directo e indirecto encontra-se apenas nos grupos das actividades operacionais (Caiado & Gil, 2004).

O formato dos fluxos operacionais diverge, tratando-se da aplicação do método directo ou indirecto. No método directo cada rubrica da demonstração de resultados é ajustada para uma análise baseada nos fluxos monetários. No método indirecto procede-se a estes ajustamentos face ao resultado líquido e não por cada item da demonstração dos resultados. Ambos os métodos eliminam os efeitos de itens que não geram fluxos de caixa, tais como as amortizações e depreciações bem como as perdas e ganhos em alienação de investimentos fixos.

A DFC, quando elaborada pelo método directo apresenta dentro do grupo das actividades operacionais, primeiro o valor referente a receita pela venda de mercadoria e serviços, para, em seguida subtrair destes os valores equivalentes ao pagamento de fornecedores, salários e encargos sociais dos funcionários bem como os impostos e outras despesas legais.

Para Caiado & Gil (2004) o maior inconveniente no método indirecto, respeita a dificuldade do utilizador em compreender a informação apresentada. Este método não apresenta os recebimentos por origem nem os pagamentos efectuados. Apenas os ajustamentos são indicados e estes podem ser confusos.

Embora a elaboração da DFC pelo método directo, através do ajustamento de rubricas seja um pouco mais complexo do que pelo método indirecto, este mostra o montante de fundos obtidos e utilizados nas actividades operacionais em vez de apresentar os resultados e itens de reconciliação. O método directo divulga apenas itens que afectaram os meios financeiros e ignora os restantes.

Os valores do balanço podem representar os fluxos reais do período, pelo que determinadas rubricas exigem uma análise que pode conduzir a reclassificações, por não originarem ou não serem de fluxo de caixa.

#### **2.2.5. DFC previsional**

Segundo Martins et al (2009), a demonstração de fluxo de caixa previsional (DFCP) é um documento que estabelece, praticamente, a conta corrente das disponibilidades da entidade, quais foram os recebimentos e os pagamentos ao longo do exercício, distribuídos pelas actividades operacionais, investimento e de financiamento. A diferença entre os recebimentos e os pagamentos, ocorrida pelas diferenças de câmbio e acrescida das disponibilidades iniciais (que a entidade dispõe o início do ano) deverá corresponder ao valor das disponibilidades que a entidade detém no final do período, só assim o documento está efectivamente certo.

Uma boa administração necessita de informações para que a actividade da empresa flua de maneira a atingir seu objectivo final que é o lucro e a maximização da riqueza. A partir de um fluxo de caixa previsional/projectado a empresa possui uma ferramenta importante para a tomada de decisões. Após o levantamento dos dados extraídos da informação contabilística, os mesmos são agrupados para formar o fluxo projectado, com base em dados de períodos anteriores de modo a conhecer as expectativas de receitas e despesas que irão ocorrer no período projectado. Assim após o ocorrido os dados são comparados para avaliar o que aconteceu com o que foi planeado. Caso ocorra alguma situação que não estava previsto, isso faz com que sejam alterados os dados para o período projectado. O administrador financeiro necessita de uma visão geral sobre todas as funções da empresa, como: pagamentos, recebimentos, compras de matéria-prima, compras de materiais secundários, salários e outros, por que é necessário prever o que se poderá gastar no futuro dependendo do que se consome hoje.

## **2.2.6. Vantagens e inconvenientes da DFC**

### **Vantagens (Caiado & Gil, 2004):**

- Mostra a capacidade da empresa gerar fluxos monetários, bem como a qualidade dos resultados, essas informações são de grande relevância para as partes interessadas na empresa;
- Em conjunto com as restantes demonstrações financeiras a DFC permite melhor compreensão da situação financeira, nomeadamente a liquidez e a solvabilidade. Possibilita ainda o cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros;
- Trata-se de uma demonstração bastante intuitiva, que devido a sua simplicidade pode ser analisada por utentes que não sejam especialistas em análise financeira;
- Fornece informação útil para o planeamento financeiro nas projecções de resultados/ objectivos futuros;
- Permite á administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los, e ainda, avalia e controla ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa e seus reflexos monetários.

### **Inconvenientes (Caiado & Gil, 2004):**

- Apresenta limitações, no sentido que é um complemento ao conjunto de demonstrações financeiras, pelo que para uma informação mais clarificada é necessário aos utentes analisar em conjunto com o balanço, demonstração de resultados etc.;
- Sendo uma metodologia baseada nos movimentos de caixa, não traduz a complexidade dos aspectos da gestão financeira das empresas, designadamente os que estão próximos de caixa ou da liquidez.

## **2.3. Comparação entre a DFC e as outras DFs**

### **2.3.1. DFC vs Balanço**

O balanço dá uma estimativa do valor da empresa numa determinada data, periodicidade mensal. É uma demonstração financeira que tem por objectivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data, representando, uma posição estática da mesma (Saias, Carvalho & Amaral, 2004). O balanço apresenta os activos(correntes e não correntes) e passivos(correntes e não correntes) e o capital proprio, que é resultante da diferença entre o total de activos e passivos (Almeida & Barros, 2009).

Segundo Caiado & Gil (2004), os valores do balanço podem não representar os fluxos reais do período, pelo que determinadas rubricas exigem uma análise que pode conduzir a reclassificações, por não originarem ou não serem de origem de um fluxo de caixa, exemplos:

- Reavaliação do activo é uma operação puramente contabilística que aumenta o valor do activo e da situação líquida. Não há qualquer fluxo de entrada ou saída;
- Transferência entre contas são operações puramente contabilísticas, não havendo origem ou aplicações de fundos. Exemplo transferência para capital social de suprimentos, reservas ou resultados transitados;
- Compensação nos movimentos de uma conta algumas contas apresentam-se com um saldo. Deve procurar-se débitos e créditos. Exemplo: conta de Estado e outros entes públicos;
- Fusões de empresas. Os movimentos da fusão de uma empresa pode não implicar fluxo de fundos monetários imediatos se, por exemplo, esta se faz através da entrega de acções;
- Os impostos deferidos são custos que não tem como origem ou efeito fluxo caixa;
- As perdas ou ganhos em investimentos por aplicação do método de equivalência patrimonial é também uma rubrica da demonstração de resultados que não tem impactos nos fluxos de caixa;
- Não há qualquer diferença no valor económico de um activo adquirido por um empréstimo ou por uma locação financeira ou outro instrumento de médio ou longo prazo;

- O IVA afecta os recebimentos e os pagamentos de exploração, pelo que, na verdade, aos valores das receitas e das despesas de exploração, extraídas da demonstração resultados, se deve acrescentar o IVA correspondente, o que nos obriga também a calcular o pagamento do IVA ao Estado.

### **2.3.2. DFC vs Demonstração Resultados**

A demonstração de resultados (DR) destina-se a evidenciar a formação de resultado líquido do exercício, diante do conforto das receitas, gastos e despesas apuradas segundo o regime de acréscimo. A demonstração de resultados oferece uma síntese económica dos resultados operacionais de uma empresa em certo período (Pinho & Tavares, 2005). Embora sejam elaboradas anualmente para fins fiscais. A DR, pode ser utilizada como indicadores de auxílio nas decisões financeiras.

A DR apresenta o conjunto dos gastos e perdas com o conjunto dos rendimentos e ganhos de um ciclo de actividade normal da empresa (Martins et al., 2009). É uma representação dinâmica, acerca da capacidade da empresa para gerar resultados.

A DR é efectuada com base nos gastos históricos, ou seja, gastos incorridos durante um determinado período. Serão analisados os gastos como inventários de matéria-prima e consumo para a produção, gastos operacionais e outros (Martins et al., 2009). Os réditos provenientes das vendas e outros ganhos que a empresa possa ter realizado no período em questão são evidenciados para que se possa determinar o resultado operacional, financeiro e finalizando com o resultado líquido. A diferença entre os rendimentos totais e os gastos totais dá-nos o resultado líquido do período a que a demonstração de resultados se refere. A DR ilustra como variou a situação patrimonial de uma empresa durante um período de tempo ( um trimestre, um semestre, um ano), ou seja, de como decorreu a actividade da empresa.

A principal diferença entre a DFC e a DR reside no facto de que o fluxo de caixa evidencia a real situação da empresa em termos financeiros (caixas e equivalentes), enquanto que a demonstração de resultado informa a situação económica da empresa.



## **2.4. O Planeamento Financeiro e a Tomada de Decisão**

### **2.4.1. O Planeamento Financeiro**

O planeamento financeiro, representa uma das principais tarefas da Administração de qualquer entidade, compreende um processo dinâmico em que os responsáveis pela empresa estabelecem antecipadamente uma visão e concepção das metas a serem alcançadas (Stoner & Freeman, 1994). Pode-se classificar o planeamento financeiro como um processo formal que conduz a Administração da empresa a acompanhar as directrizes de mudanças e a rever, quando necessário, as metas já estabelecidas. Assim, poderá a administração visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que considere necessário manter em caixa, visando seu crescimento e a sua rentabilidade. O planeamento financeiro ajuda a fixar os objectivos concretos, capazes de motivar os gestores e de proporcionar padrões de avaliação do desempenho (Brealey & Myers, 1996). Se a gestão não estiver amplamente envolvida no processo, não confiará no produto obtido, além disso, os planos financeiros devem estar intimamente ligados aos planos de actividade da empresa (Brealey & Myers, 1996). Segundo Chiavenato (2003) o planeamento inicia o processo administrativo e inclui a definição dos objectivos organizacionais e a selecção de políticas para alcance dos objectivos propostos.

Gitman (1997) afirma, que os planos financeiros e orçamentos fornecem roteiros para atingir os objectivos da empresa. Além disso, esses veiculos oferecem uma estrutura para coordenar as diversas actividades da empresa e atuam como mecanismo de controle estabelecendo um padrão de desempenho contra o qual é possível avaliar os eventos reais. Este autor divide o planeamento em dois planos:

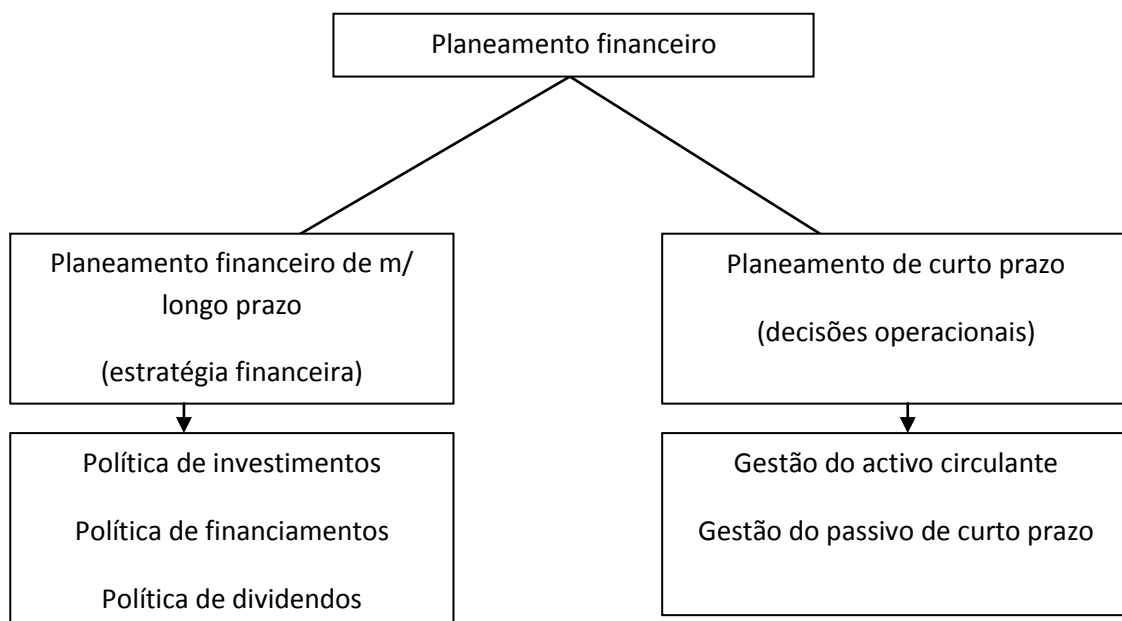
- a) Plano financeiro de longo prazo;
- b) Plano financeiro de curto prazo.

O planeamento financeiro não compreende apenas a fase de arranque de uma empresa, mas sim deve acompanhar todo o seu percurso/ expansão e tem como base coordenar as actividades bem como avaliar a condição financeira da empresa a partir de dados contabilísticos contidos nas demonstrações financeiras nomeadamente da DFC.

Brealey & Myers (1996), definem o planeamento financeiro como um processo de:

- Análise das opções de financiamento e de investimento de que a empresa dispõe;
- Projectão das consequências futuras das decisões presentes, de modo a evitar surpresas e a compreender a ligação entre as decisões presentes e futuras;
- Decisão sobre quais as alternativas a adoptar (estas decisões estão incorporadas no plano financeiro final);
- Avaliação do desempenho subsequente face aos objectivos estabelecidos no plano financeiro.

**Figura I - Planeamento financeiro**



Fonte: Adaptada de Martins et al. (2009: p. 374)

De acordo com Brealey & Myers (1996), o planeamento financeiro é importante na medida em que:

- As decisões de investimento e de financiamento interagem e não devem ser tomadas isoladamente;

- Ajuda os gestores financeiros a não terem surpresas e a pensarem antecipadamente como devem reagir àquelas surpresas que não podem ser evitadas;
- Ajuda a fixar os objectivos concretos, capazes de motivar os gestores e de proporcionar padrões de avaliação.

Um planeamento financeiro rigoroso, compreende as seguintes etapas ( Brealey & Myers, 1996):

- Determinar as necessidades futuras;
- Fixar objectivos a atingir, correspondentes às necessidades da entidade;
- Selecionar meios necessários para executar as acções e determinar a forma de obter ou assegurar esses meios,
- Medir desvios e determinar a sua causa da sua ocorrência,
- Introduzir correcções necessárias nos objectivos, nas acções e/ou meios de forma a ajudar a evolução ocorrida às necessidades da entidade.

O planeamento financeiro pode ser a curto ou a médio e longo prazo (Nabais & Nabais, 2011).

Segundo Nabais & Nabais (2011), o planeamento financeiro de curto prazo é quando se pretende limitar a um estudo por um prazo mais imediato, de modo a concluir se a empresa tem capacidade em satisfazer os seus compromissos para os próximos meses, e tem por objectivo principal uma melhor gestão dos recursos da empresa.

De acordo com Martins et al. (2009), o planeamento financeiro de curto prazo têm um horizonte temporal que não excede um exercício económico.

Este tipo de planeamento possui uma curta duração (1 a 2 anos), e reflecte os resultados esperados das acções a curto prazo (Gitman, 2001). Tem carácter operacional e seus principais inputs são: projecções das vendas, dados operacionais e financeiros (Gitman, 2001). Os resultados serão os orçamentos operacionais e as prestações financeiras. O planeamento financeiro a curto prazo começa com a previsão de vendas como input básico e depois desenvolve-se um plano de produção que leva em conta o tempo

necessário para converter a matéria prima em produto acabado (Gitman, 2001). Os tipos e quantidades de matéria prima necessárias durante o período de previsão podem ser estimados a partir do plano de produção (Gitman, 2001). Com base nestas estimativas de consumo de matéria prima, pode-se programar quanto e quando se pode comprar de matéria prima. Pode-se estimar o montante de mão-de-obra necessária, seja em homens, horas ou dinheiro (Gitman, 2001). Os custos indirectos de fabricação podem ser estimados, e finalmente as despesas operacionais, especificamente as despesas com vendas e administrativas, podem ser estimadas com base no nível de operações necessário para sustentar as vendas previstas, conforme Gitman (2001).

“O planeamento financeiro de curto prazo preocupa-se com a gestão do activo de curto prazo, ou circulante, e do passivo de curto prazo da empresa. Os elementos mais importantes do activo circulante são as disponibilidades, os títulos negociáveis, as existências e as contas a receber. Os elementos mais importantes do passivo de curto prazo são empréstimos bancários e as contas a pagar. A diferença entre o activo circulante e o passivo de curto prazo é designada por fundo de maneo (líquido)” (Brealey & Myers, 1996, p. 839).

De acordo com Nabais & Nabais (2011), o planeamento financeiro de médio e longo prazo visam a sobrevivência e/ou a expansão da empresa, pelo que se torna imperativo alargar o horizonte temporal para um prazo não inferior a três anos, variando consoantemente o tipo de investimentos e a estratégia a implementar.

“O planeamento financeiro de longo prazo é um processo de tomada de decisões estratégicas que devem ser consideradas em termos globais” (Mota et al., 2010: p. 207).

Segundo Gitman (2001), o processo de planeamento financeiro inicia-se com a elaboração de um planeamento de longo prazo. Esse planeamento, como o nome diz, é um conjunto de planos de acção que visam um espaço de tempo maior (2 a 10 anos). O planeamento financeiro de longo prazo fazem parte do plano estratégico da empresa e irão direccionar a formulação de planos de curto prazo (Gitman, 2001). Os planos financeiros a longo prazo em geral refletem o impacto antecipado da implementação de acções planeadas sobre a situação financeira da empresa. Geralmente as empresas,

sujeitas a elevados graus de incerteza operacional ou ciclos de produção relativamente curtos, ou ambos, tenderão a empregar horizontes de planeamento mais curtos (Gitman, 2001). Os planos financeiros a longo prazo tendem a focalizar a implementação de dispêndios de capital propostos, actividades de pesquisa e desenvolvimento, acções de marketing e relacionadas com o desenvolvimento de produtos, e importantes fontes de financiamento (Gitman, 2001).

#### **2.4.2. A Tomada de Decisão**

O processo de tomada de decisões reflecte a essência do conceito de Administração. Administrar é decidir, pois a continuidade de qualquer negócio depende da qualidade das decisões tomadas por seus administradores nos vários níveis organizacionais. E estas decisões, por sua vez, são tomadas com os dados e as informações visualizados pela contabilidade, levantados pelo comportamento do mercado e desempenho interno da entidade.

Chiavenato (2003) refere que a decisão é o processo de análise e escolha, entre várias alternativas disponíveis, do curso de acção que a pessoa deverá seguir, e que existem, no mínimo, seis elementos comuns a toda decisão:

1. **Tomador de decisão** - é a pessoa que faz a escolha ou opção entre várias alternativas de acção;
2. **Objectivos** - são os objectivos que o tomador de decisão pretende alcançar com suas acções;
3. **Preferência** - são os critérios que o tomador de decisão usa para fazer sua escolha;
4. **Estratégia** - é o custo de acção que o tomador de decisão escolhe para melhor atingir os objectivos. Depende dos recursos de que pode dispor;
5. **Situação** - são os aspectos do ambiente que envolve o tomador de decisão, muitos dos quais fora do seu controle, conhecimento ou compreensão e que afectam sua escolha;
6. **Resultado** - é a consequência ou resultante de uma dada estratégia.

Segundo Chiavenato (2003) o tomador de decisão está inserido numa situação, pretende alcançar objectivos, tem preferências pessoais e segue estratégias (cursos de acção) para alcançar resultados. A decisão envolve uma opção. Há sempre um processo de selecção, isto é, de escolha de alternativas (Chiavenato, 2003). O processo de selecção pode ser uma acção reflexa condicionada ou produto de raciocínio, planeamento ou projecção para o futuro (Chiavenato, 2003). Todo o curso de acção é orientado no sentido de um objectivo a ser alcançado e segue uma racionalidade (Chiavenato, 2003). O tomador de decisão escolhe uma alternativa entre outras. Se escolher os meios apropriados para alcançar um determinado objectivo, sua decisão é racional (Chiavenato, 2003).

Segundo Schrickel (1997), qualquer que seja a natureza de sua actividade operacional, uma entidade é avaliada pela tomada de duas grandes decisões:

- Decisão de investimento – aplicação de recursos;
- Decisão de financiamento – captação de recursos.

Estas decisões são tomadas pelas entidades de forma contínua e inevitável. As decisões de investimento envolvem todo o processo de identificação, avaliação e selecção das alternativas de aplicações de recursos, conforme identificadas nos activos. As decisões de financiamento, por seu lado, envolvem a definição da natureza dos fundos aplicados, ou seja, a estrutura das fontes de capital demandadas pelas decisões de investimento.

Caravantes, Pano & Kloecker (2005), referem que todas as decisões são tomadas sob uma das três condições:

- a) **Certeza:** a tomada de decisão sob uma condição de certeza ocorre quando o gestor sabe exatamente quais são as alternativas e que cada alternativa está garantida. Ou seja, ele sabe que se a alternativa 1 for escolhida, resultará em certos resultados. Na realidade, é claro que os gestores se deparam com poucas situações dessa natureza.
- b) **Risco:** sob uma condição de risco, o gestor tem um entendimento básico das opções disponíveis e pode estimar com certo grau de confiança as

probabilidades associadas a cada alternativa. Ou seja certo elemento de risco é associado a cada resultado. A tomada de decisões sob condições de risco ocorre frequentemente, e o essencial para tomar decisões eficazes nessas circunstâncias é estimar correctamente as probabilidades.

- c) **Incerteza:** a condição mais comum que os gestores devem confrontar é a incerteza. Nesse caso, não somente as probabilidades são difíceis de avaliar, mas a lista de alternativas disponíveis também. Ou seja, o gestor provavelmente não será capaz de identificar todas as alternativas possíveis que devem ser consideradas.

De acordo com Neves (2006), uma decisão económico-financeira baseada numa análise da DFC só se justifica se, ao diagnosticar um ou vários problemas, for possível identificar com clareza potenciais decisões a serem tomadas, de forma a provocar mudanças, e estas decisões podem ser tomadas em três níveis:

**Estratégico** – são decisões normalmente de médio e longo prazo que movem todos os recursos de uma entidade. Em termos financeiros, corresponde às decisões de investimento e de financiamento a médio e longo prazo;

**Operacionais** – dizem respeito à actividade corrente, tais como o aprovisionamento, fabricação e a comercialização, correspondendo ao volume de clientes, existências e fornecedores;

**Decisões de tesouraria** – correspondem, às decisões de financiamento de curto prazo, de forma a que a entidade mantenha a curto prazo um nível mínimo de liquidez.

Se por um lado, a análise de fluxos permitir distinguir quais os fluxos resultantes das decisões financeiras, por outro lado, dá uma visão dos sucessivos saldos de caixa ao longo dos diversos ciclos financeiros, contribuindo para uma informação mais apropriada à gestão e ao seu controlo (Neves, 2006).

## **CAPÍTULO 3**

### **ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A DFC E O PLANEAMENTO FINANCEIRO E A TOMADA DE DECISÃO**

#### **3.1. Classificação das actividades dos fluxos de caixa e a sua relação com o planeamento financeiro e a tomada decisão**

As actividades da empresa que conforme referido no ponto 2.2.3. são designadas por operacionais, de investimento e financiamento e estão interligadas entre si. Cabe a administração da empresa compreender esta relação para melhor avaliação da posição financeira e das medidas a serem tomadas para garantir o equilíbrio financeiro para que possa fazer face aos seus compromissos.

##### **i. Actividades operacionais**

Segundo NRF2 o fluxo de actividades operacionais representa um indicador essencial, na medida em que compreende às operações geradoras de fluxos de caixa suficientes para fazer face às responsabilidades da entidade, nomeadamente o pagamento de empréstimos obtidos, manutenção da capacidade operacional, pagamento de dividendos e indica a disponibilidade existente para novos investimentos, sem recurso a fontes de financiamento externos. Os fluxos de caixa das actividades operacionais são principalmente derivados das principais actividades geradoras de réditos da empresa. São fluxos de actividades operacionais os provenientes de recebimentos, que decorrem das vendas e prestações de serviços, e os pagamentos que decorrem de compras de bens e serviços.

Exemplos de fluxos de caixa operacionais de acordo com a NRF2 § 9, são:

- Recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços;



- Recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos;
- Pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- Pagamentos de caixa a e por conta de empregados
- Pagamentos ou recebimentos de caixa por restituição de imposto sobre o rendimento, a menos que estes se relacionem com as outras actividades;
- Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com finalidade de negócio.

Com base na análise destas actividades a administração poderá tomar decisões que permitem a entidade implementar novas medidas de modo a maximizar a sua riqueza, melhorar o desempenho e prever a capacidade de gerar fluxos futuros, uma vez que estas representam o objecto principal da entidade.

## **ii. Actividades de investimento**

O fluxo de actividades de investimentos segundo a NRF2, representam a extensão pela qual os dispêndios foram feitos relativamente a recursos destinados a gerar rendimento e fluxos de caixa futuros.

Exemplos de fluxos de actividades de investimento de acordo com a NRF2 § 11, são:

- Pagamentos de caixa para aquisição de activos fixos tangíveis, intangíveis e outros activos de longo prazo. Estes pagamentos incluem os relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e activos fixos tangíveis auto construídos;
- Recebimentos de caixa por venda de activos fixos tangíveis, intangíveis e outros activos de longo prazo;
- Pagamentos de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos dos instrumentos considerados como sendo equivalentes de caixa ou dos detidos para finalidades de negócio);

- Recebimentos de caixa de vendas de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos dos instrumentos considerados como equivalentes de caixa ou dos detidos para as finalidades do negócio);
- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades;
- Recebimentos de caixa provenientes do reembolso de adiantamentos e de empréstimos feitos a outras entidades;
- Pagamentos de caixa para contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos de swap excepto quando sejam mantidos para finalidades do negócio, ou pagamentos que sejam tidos como actividades de financiamento;
- Recebimentos de caixa provenientes de contratos de futuros, contratos forward, contratos de opção e contratos de swap excepto quando sejam mantidos para as finalidades do negócio, ou os recebimentos sejam classificados como actividades de financiamento.

Com a análise dos dados respeitantes as actividades de investimento, a administração poderá em termos de planeamento financeiro tomar decisões no sentido de verificar o nível desejável de investimento e determinar quais os investimentos a serem realizados, bem como determinar o momento certo para o desinvestimento quando não existem fluxo de caixa que sustentam o investimento.

A sobrevivência e o crescimento da empresa, são consequências de um planeamento eficaz que coordena os fluxos resultantes das actividades operacionais e de investimento, de modo a garantir que volumes de “receitas” com margens de lucros remunerem de forma satisfatória o capital investido e que o plano de recebimentos e pagamentos intercalados com boa margem de segurança que possam garantir a viabilidade e a permanência da empresa no mercado.

### **iii. Actividades de financiamento**

O fluxo de caixa provenientes das actividades de financiamento, segundo a NRF2 são importantes porque é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais á entidade.

Exemplos de fluxos de caixa provenientes de actividades de financiamento de acordo com a NRF2 § 12:

- Recebimentos de caixa provenientes de emissão de acções ou de outros instrumentos de capital próprio;
- Pagamentos de caixa por aquisição de acções (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de acções (quotas);
- Recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças obrigações, hipotecas e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- Desembolsos de caixa de quantias de empréstimos obtidos;
- Pagamentos de caixa por um locatário para a redução de uma dívida em aberto relacionada com uma locação financeira.

A informação dos fluxos de caixa geradas por actividades de financiamento, permitem à administração, estimar as necessidades de meios de pagamento e de novas entradas de capital, bem como proporcionar aos financiadores informações sobre a capacidade de cumprir os compromissos que com eles foram estabelecidos.

Para a tomada de decisões, no que tange às actividades de financiamento, a administração deverá compreender a captação de recursos financeiros para a realização das suas actividades e operações. Estas, necessitam de capital ou qualquer outro tipo de recurso, necessário para a execução de metas ou planos da empresa, pelo que deverá haver um equilíbrio para saber qual a melhor fonte de financiamento que conduz com os objectivos da entidade. Ainda, pode-se dizer que deve ser tido em conta a combinação dos financiamentos a curto e longo prazo com a estrutura de capital, ou seja, não se tomará emprestado mais do que a empresa é capaz de pagar e de responsabilizar, seja a curto ou a longo prazo.

O administrador financeiro pesquisa fontes de financiamento confiáveis e viáveis, com ênfase no equilíbrio entre juros, benefícios e formas de pagamento. Essas decisões deverão ser tomadas de acordo com a necessidade da entidade, mas independente da situação de emergência é necessária uma análise, um estudo profundo e minucioso dos

prós e contras, a fim de se ter segurança e equilíbrio exigidos neste tipo de decisões. Com o planeamento rigoroso a empresa poderá responder a essas responsabilidades no sentido de cumprir eficazmente os objectivos propostos.

### **3.2. Rácios obtidos através da DFC que auxília no planeamento financeiro e na tomada de decisão**

Como acontece com outros indicadores da análise de empresas, a utilização de rácios facilita a análise para os responsáveis pelo planeamento financeiro e na tomada de decisões. Segundo Neves (2006), pode-se, em geral, classificar esses rácios nas seguintes categorias:

- **Rácio de cobertura:** o rácio de cobertura pretende dar uma visão da capacidade de uma empresa, em satisfazer os seus compromissos financeiros;
- **Rácio de qualidade dos fluxos:** indica as divergências entre resultados e fluxos de caixa em consequências dos critérios contabilísticos do acréscimo, da eficiência em gerir as necessidades em fundo maneio ou em controlar o crescimento;
- **Rácio de financiamento do investimento:** este rácio de intensidade de investimento, ajudam a avaliar em que medida a empresa consegue autofinanciar o crescimento;
- **Rácio de rendibilidade financeira:** mostra a capacidade de gerar fluxos de caixa passada e futura da entidade;
- **Rácio de capacidade de reembolso e de endividamento:** mostra a capacidade da empresa em reembolsar as suas dívidas de médio e longo prazo e de curto prazo.

## **CAPITULO 4**

### **ESTUDO DE CASO**

#### **4.1 Caracterização da empresa Enacol**

A ENACOL, criada em 1979, é uma empresa nacional de sociedade anónima de capital aberto que se tem dedicado à comercialização de combustíveis e lubrificantes. Tendo em conta a crise energética que se verificava a nível mundial em 1979, o Governo de Cabo Verde decidiu criar a ENACOL com intuito de:

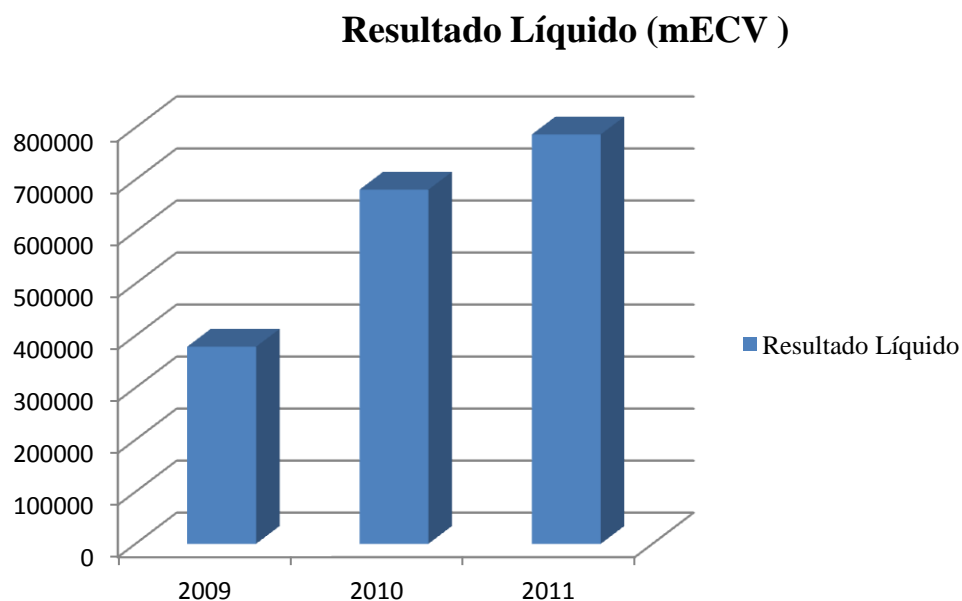
- Evitar a especulação dos preços dos produtos petrolíficos a nível do mercado interno;
- Controlar o custo de abastecimento ao país;
- Garantir o controlo interno;
- Procurar aumentar ou manter o nível das vendas no Porto de S. Vicente face à concorrência dos portos vizinhos;
- Contribuir para o aumento do tráfego do Aeroporto Amílcar Cabral;
- Contribuir para o desenvolvimento de Estado de Cabo Verde com lucros da exportação da actividade da empresa.

Assiste-se então, a publicação do Decreto-Lei Nº 122/79 no B.O Nº 50 de 1979 que cria a Enacol, Empresa Nacional de Combustíveis, EP., cujo objecto era a importação, reexportação, transporte, armazenamento e comercialização de petróleo e seus derivados. A ENACOL tem como missão actuar no mercado energético em todo o País, de forma segura, inovadora e eficiente, constituindo-se na melhor escolha de atendimento para os clientes, de actividade para os colaboradores e de investimento para os accionistas e proporcionando ao país, criação de riqueza e desenvolvimento sustentável.

Se analisamos os resultados líquidos dos ultimos três anos constata-se que estes tem sido positivos sendo o ano de 2011 com um resultado maior do que nos outros,

podemos observar no gráfico seguinte os resultados e as suas evoluções nos três anos em análise.

**Gráfico I – Resultado líquido**



Fonte: Relatório e contas da Enacol (2009, 2010 e 2011)

#### **4.2. Análise da DFC e dos indicadores económicos e financeiros da Enacol**

A Enacol dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração do fluxo de caixa pelo método directo. Sendo actualmente obrigatório a apresentação da demonstração do fluxo de caixa nos relatórios anuais de acordo com o SNCRF. Nesta investigação será analisado a DFC e os indicadores económicos e financeiros dos anos de 2009 a 2011 e utilizar-se-á também os balanços e as demonstrações dos resultados para auxiliar na interpretação dos resultados. Apartir da DFC apresentado nos relatórios e contas acrescentou-se mais duas colunas para fazer a variação percentual de 2011/2010 e 2010/2009 para ajudar na interpretação dos resultados.

#### **4.2.1. Análise da DFC da Enacol**

Para estes periodos apurou os seguintes resultados pelo método directo apresentados no quadro da demonstração dos fluxos de caixa seguinte:

### Quadro III – Demonstração fluxo caixa da ENACOL pelo método directo

(montantes expressos em milhares Escudos Cabo-Verdiano - mECV)

RUBRICAS	2011	2010	2009	Variação 11/10	Variação 10/09
<b>Método Directo</b>					
<b><u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u></b>	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<i>Recebimentos de clientes</i>	17.855.533	12.149.038	8.120.215	46,97%	49,61%
<i>Pagamentos a fornecedores</i>	-15.863.485	-11.049.300	-6.476.573	43,57%	70,60%
<i>Pagamentos ao pessoal</i>	-447.590	-409.985	-413.333	9,17%	-0,81%
<b><i>Caixa gerada pelas operações</i></b>	<b>1.544.458</b>	<b>689.753</b>	<b>1.230.309</b>	<b>123,91%</b>	<b>-43,94%</b>
<i>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</i>	-242.007	-139.883	-123.552	73,01%	13,22%
<i>Outros recebimentos/pagamentos</i>	-617.982	-53.625	43.937	1052,41%	-222,05%
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>684.469</b>	<b>496.245</b>	<b>1.150.694</b>	<b>37,93%</b>	<b>-56,87%</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u></b>					
<i>Pagamentos respeitantes a:</i>					
<i>Activos fixos tangíveis</i>	-405.544	-243.927	-293.026	66,26%	-16,76%
<i>Activos intangíveis</i>	-28.826	-744	-1.341	3774,46%	-44,52%
	<b>-434.370</b>	<b>-244.671</b>	<b>-294.367</b>	<b>77,53%</b>	<b>-16,88%</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>					
<i>Activos fixos tangíveis</i>	1.363	5.164	5.246	-73,61%	-1,56%
<i>Juros e rendimentos similares</i>	26.946	6.505	3.288	314,24%	97,84%
<i>Dividendos</i>	3.737	3.045	0	22,73%	100,00%
	<b>32.046</b>	<b>14.714</b>	<b>8.534</b>	<b>117,79%</b>	<b>72,42%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-402.324</b>	<b>-229.957</b>	<b>-285.833</b>	<b>74,96%</b>	<b>-19,55%</b>
<b><u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u></b>					
<i>Recebimentos provenientes de:</i>					
<i>Financiamentos obtidos</i>	75.783	90.000	0	-15,80%	100,00%
	<b>75.783</b>	<b>90.000</b>	<b>0</b>	<b>-15,80%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>					
<i>Financiamentos obtidos</i>	-34.100	0	-396.794	100,00%	-100,00%
<i>Juros e gastos similares</i>	-7.054	-10.960	-11.839	-35,64%	-7,42%
<i>Dividendos</i>	-407.866	-296.815	-328.537	37,41%	-9,66%
	<b>-449.020</b>	<b>-307.775</b>	<b>-737.170</b>	<b>45,89%</b>	<b>-58,25%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-373.237</b>	<b>-217.775</b>	<b>-737.170</b>	<b>71,39%</b>	<b>-70,46%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>-91.092</b>	<b>48.513</b>	<b>127.691</b>	<b>-287,77%</b>	<b>-62,01%</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-16.112</b>	<b>12.512</b>	<b>18.215</b>	<b>-228,77%</b>	<b>-31,31%</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>533.996</b>	<b>472.971</b>	<b>327.065</b>	<b>12,90%</b>	<b>44,61%</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>426.792</b>	<b>533.996</b>	<b>472.971</b>	<b>-20,08%</b>	<b>12,90%</b>

Fonte: Relatório e contas da Enacol (2011,2010 e2009)

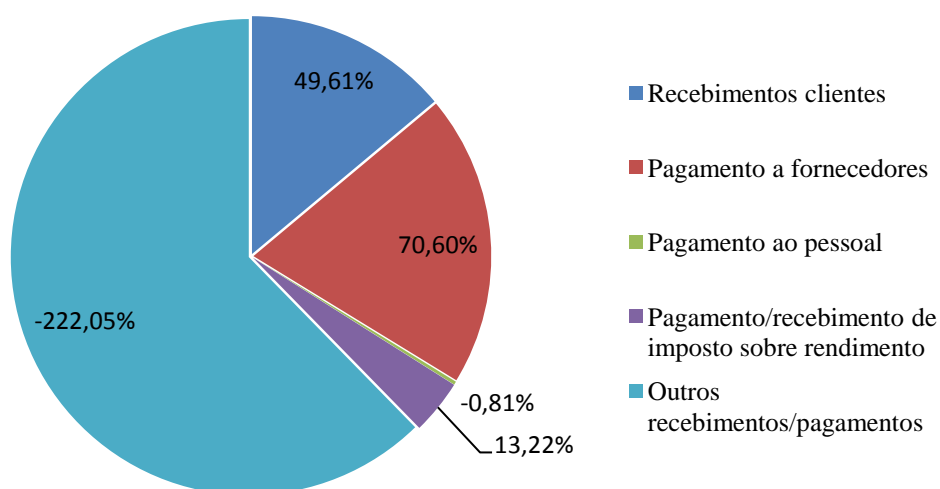


## Actividade Operacionais

Pode-se constatar que nestes três períodos em análise a Enacol apresentava fluxo de caixa operacional positivo, demonstrando uma gestão operacional muito boa, sendo o ano de 2009 que apresentava valores do fluxo caixa operacional superiores a dos anos 2010 e 2011. Os fluxos de caixa das actividades operacionais em 2010 decresceram 56,87% ou seja 654.449 mECV em relação a 2009, devido aos pagamentos a fornecedores que aumentaram em 70,60% ou seja 4.572.727 mECV, tendo contribuido para esse aumento os fornecedores conta corrente em 17,66%, os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas em 60,35%, o fornecimento serviços externos de 21,02%, o pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento em 13,22% e outros recebimentos/pagamentos em 222,05% que foram pagas, embora que houve aumento nos recebimentos a clientes em 49,61% ou seja 4.028.823 mECV tendo contribuido para este aumento as vendas e prestação de serviços que aumentaram em 52,76% ou seja 4.247.031 mECV e clientes conta corrente em 5,93%, e uma diminuição no pagamento a pessoal de 0,81%.

**Gráfico II** – Fluxo caixa actividade operacional 2010/2009

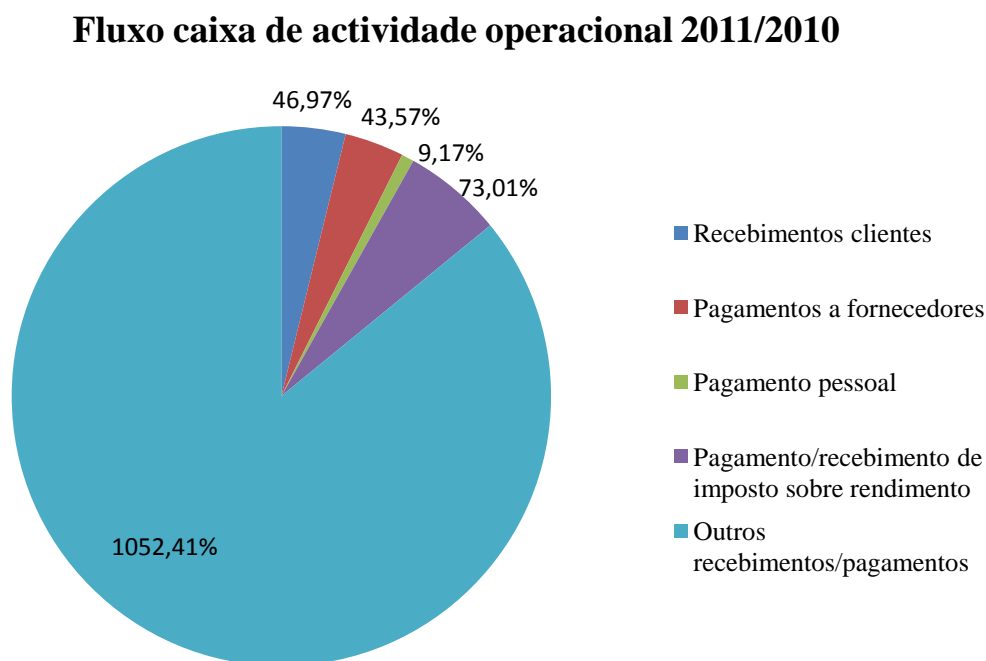
### Fluxo caixa de actividade operacional 2010/2009



Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2010/2009

Em 2011 os fluxos de caixa das actividades operacionais aumentaram 37,93% em relação a 2010 devido ao crescimento nos recebimentos clientes de 49,61% ou seja 5.706.495 mECV, tendo contribuído por este aumento as vendas e prestações de serviços que cresceram 47,31% e clientes contas corrente 47,66%, contudo, houve aumento no pagamento ao pessoal de 9,17%, pagamento/recebimento do imposto sobre rendimento de 73,01%, outros recebimentos/pagamentos de 1052,41% e no pagamento a fornecedores de 47,53% ou seja 4.814.185 mECV, tendo contribuído para este aumento o fornecimento serviços externos de 17,28%, os fornecedores conta corrente em 162,58%, e os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas de 56,44%, mas mantendo o fluxo de caixa das actividades operacionais de 2011 superiores a de 2010.

**Gráfico III** – Fluxo caixa de actividade operacional 2011/2010



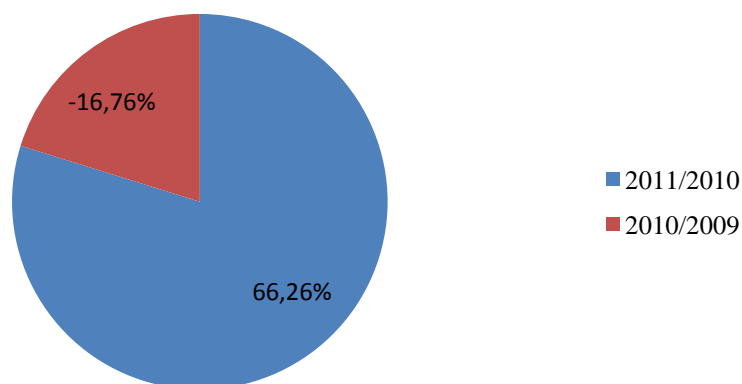
Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011/2010

## Atividade de Investimento

Nos três anos em análise a empresa teve capacidade de gerar fluxos operacionais positivos, que possibilita a realização de alguns investimentos que geram retorno para a mesma. No período de 2009 fizeram investimentos em activos fixos tangíveis no montante de 293.026 mECV. Em 2010 os investimentos feitos em activos fixos tangíveis diminuíram 16,76% ou seja 49.099 mECV ( os edifícios e outras construções diminuíram 4,92%, equipamento transporte 6,02%, outros activos fixos tangíveis 22,66%), e fizeram investimentos em activos intangíveis 1.341 mECV em 2009, em 2010 os investimentos em activos intangíveis diminuíram 44,52% ou seja 597 mECV (programas de computador diminuíram 10,08%), deste modo diminuíram os fluxos de caixa de investimento respeitante a pagamentos em 16,88% em relação a 2009. No período de 2011 houve um aumento de 66,26% nos activos fixos tangíveis (terrenos e recursos naturais cresceram 1,34%, edificios e outras construções 10,15%, outros activos fixos tangíveis 3,80% e activos fixos tangíveis em curso 8,82%) e activos intangíveis aumentaram em 3774,46% (programas computador aumentaram 53,04% e activos intangíveis em curso 100%) e em geral os fluxos de caixa de investimentos respeitante a pagamentos cresceram em 77,53% em relação a 2010.

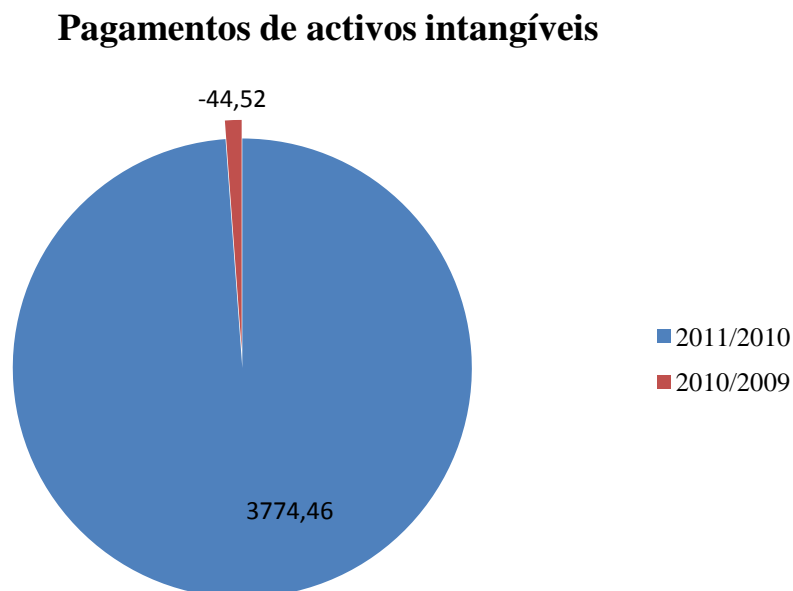
**Gráfico IV – Pagamentos de activos fixos tangíveis**

### Pagamentos de activos fixos tangíveis



Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

**Gráfico V – Pagamentos de activos intangíveis**

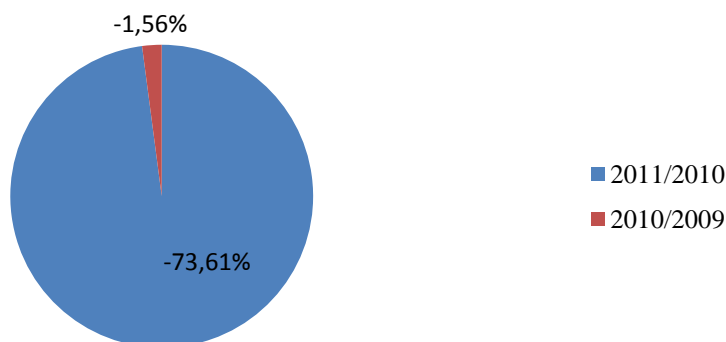


Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

Nesse exercício todos os recebimentos relacionados com os investimentos em 2009 advieram da alienação de activos fixos tangíveis no montante de 5.246 mECV e de juros e rendimentos similares no valor de 3.288 mECV. Em 2010 os recebimentos provenientes de alienação de activos fixos tangíveis decresceram 1,56%, ou seja 82 mECV, os juros e rendimentos similares aumentaram em 97,84% e os dividendos aumentaram em 100%, ou seja 3.045mECV em relação ao ano anterior.

**Gráfico VI – Recebimentos de activos fixos tangíveis**

**Recebimentos de activos fixos tangíveis**



Fonte:

Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

Em 2011 os recebimentos que advieram da alienação de activos fixos tangíveis decresceram 3.801 mECV (73,61%), os juros e rendimentos similares aumentaram em 314,24%, ou seja 20.441 mECV e os dividendos aumentaram 22,73% (692 mECV) em relação ao ano de 2010.

A empresa apresentou resultado positivo no fluxo de caixa de 2009 e 2010 o que demonstra que nestes exercícios poderia investir com recursos gerados internamente (recursos próprios) sem recorrer a capital alheio para realizar tais investimentos.

**Actividade de Financiamento**

No início de 2009 a empresa demonstrava uma disponibilidade de caixa no valor de 327.065 mECV (saldo final 2008) representando uma tesouraria boa para a actividade da empresa, onde não recorreu a capitais alheios para fazer face as actividades mas suportaram encargos financeiros no valor de 396.784 mECV, juros e gasto no valor de 11.839 mECV e dividendos no valor de 328.537 mECV, apresentando também um fluxo de caixa actividade de financiamento negativo neste período. No ano de 2010 a empresa demonstrava uma disponibilidade de caixa no valor de 472.971 mECV (saldo final 2009) representando uma tesouraria boa para a actividade da empresa. Encerrou o

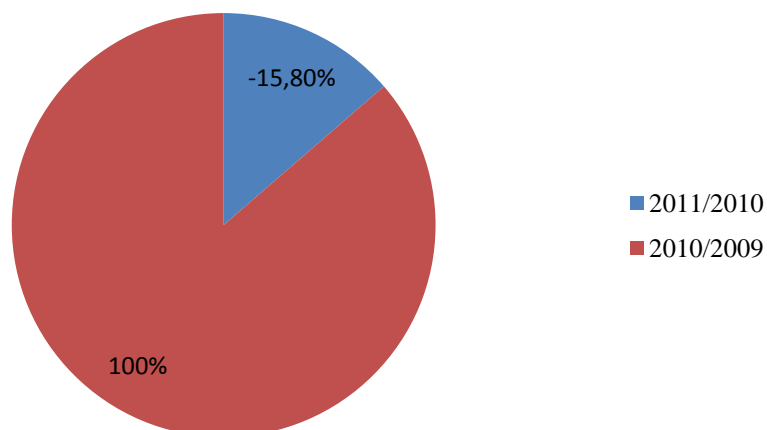
exercício de 2010 com um saldo de caixa no valor de 533.996 mECV, onde notou se um aumento de 12,90% em relação ao ano anterior. No período de 2010 o fluxo de caixa de actividade de investimento foi negativo, tendo um decréscimo 70,46% ou seja 519.395 mECV, tendo impacto em financiamento obtido que aumentaram em 100%, os pagamentos respeitantes a financiamentos obtidos decresceram 100%, os juros e gastos similares decresceram 7,42% e os dividendos decresceram 9.66%, a empresa não recorreu a capitais alheios, pois as actividades operacionais conseguiram suportar as outras actividades no período de 2010.

Em 2011 a empresa teve um fluxo de caixa negativo no valor de 91.092 mECV, tendo uma redução de 287,77% ou seja 42579 mECV. No início de 2011 a empresa apresentava um saldo de caixa no valor de 533.996 mECV e no final apresentava um saldo no valor de 426.792 mECV por sua vez diminuíram em 20,08% ou seja 107.204 mECV.

No ano de 2011 a empresa teve um acréscimo no fluxo de caixa actividade operacionais em 37,93%, um acréscimo no fluxo de caixa actividades investimento de 74,96% devido aos investimentos em activos fixos tangíveis e activos intangíveis que cresceram 77,53 em relação ao ano anterior (2010), um acréscimo no fluxo de caixa actividade financiamento 71,39%, devido a diminuição de financiamento obtidos 15,80%, aumento nos pagamentos de financiamento em 100% e um aumento nos dividendos em 37,41%, o que significa que neste período a empresa não conseguiu financiar os seus investimentos com recursos gerados internamente teve que recorrer aos meios externos ou seja a capitais alheios e também para garantir a sua liquidez neste período.

**Gráfico VII – Recebimentos de financiamentos obtidos**

**Recebimentos de financiamentos obtidos**

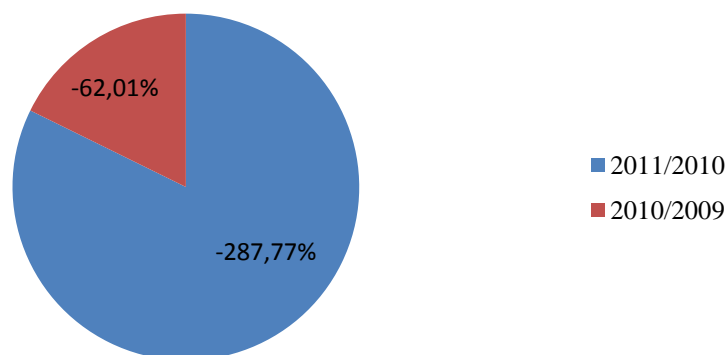


Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

O efeito das diferenças de câmbio no período de 2010 diminuíram e em 2011 aumentaram mas isso devido às variações ocorridas na taxa de câmbio. A variação de caixa e seus equivalentes em 2010 decresceu 62,01% em relação a 2009 e em 2011 também decresceu 287,77% em relação a 2010.

**Gráfico VIII – Variação de caixa e seus equivalentes**

**Variação de caixa e seus equivalentes**



Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

**4.2.2. Análise dos indicadores económicos e financeiros da Enacol**

**Quadro IV – Indicadores económicos e financeiros da Enacol**

Indicadores Económicos e Financeiros	2011	2010	2009	Variação 11/10	Variação 10/09
Liquidez Geral	1,32	1,44	1,33	-0,12	0,11
Liquidez Geral Reduzida	0,84	1,04	1,12	-0,2	-0,08
Liquidez Geral Imediata	0,09	0,17	0,17	-0,08	0
Prazo Médio de Cobranças (meses)	1,87	1,85	2,67	0,02	-0,82
Prazo Médio de Pagamento (meses)	2,32	2,59	2,2	-0,27	0,39
Prazo Médio de Stocagem (meses)	1,76	1,59	1,19	0,17	0,4
Solvabilidade Total	0,83	1,07	1,06	-0,24	0,01
Autonomia Financeira	45,30%	51,80%	51,50%	-6,50%	0,30%
Rentabilidade do Activo Líquido	9,30%	10,20%	6,60%	-0,90%	3,60%
Rentabilidade Líquida das Vendas	4,40%	5,60%	4,80%	-1,20%	0,80%
Rentabilidade do Capital Próprio	20,60%	19,80%	12,70%	0,80%	7,10%
Rotação do Activo	2,15	1,85	1,39	0,3	0,46
Remuneração Média Anual (mECV)	1.961	1.792	1.831	169	-39
Produtividade do Capital	0,75	0,78	0,54	-0,03	0,24
Produtividade do Trabalho (mECV)	7.424	6.712	4.715	712	1.997

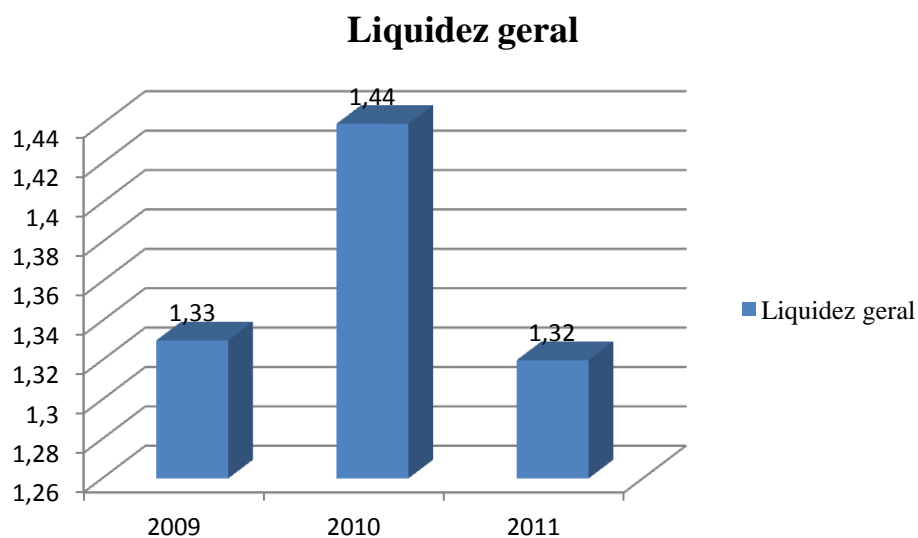
Fonte: Relatório e contas da Enacol 2011, 2010 e 2009



### Liquidez geral

Determina a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos a curto prazo. Como podemos verificar a empresa possui uma capacidade de honrar os seus compromissos a curto prazo. Os índices de liquidez geral situaram em 1,32, 1,44 e 1,33 para os anos de 2011, 2010 e 2009. Em 2010 a empresa apresenta um maior índice de liquidez geral tendo aumentado em 0,11 em relação a 2009 e em 2011 o índice foi menor tendo diminuído 0,12 em relação ao ano 2010, mas ela conseguiu honrar todos os seus compromissos de curto prazo.

**Gráfico IX – Liquidez geral**



Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

### Liquidez reduzida

Este rácio mede a capacidade de a empresa solver as dívidas a curto prazo com o recurso às disponibilidades e aos créditos concedidos a curto prazo. A empresa nos anos de 2009 e 2010 ela conseguiu solver os seus compromissos de curto prazo sem grandes

riscos, mas em 2011 o índice foi de 0,84, o que podemos constatar que a empresa nesse ano não conseguiu solver as dívidas a curto prazo só com recursos a disponibilidades e aos créditos a curto prazo.

#### **Prazo médio de cobranças e pagamentos (meses)**

Em 2009 o prazo médio de cobranças (2,67) era superior a do pagamento (2,2), ou seja, a empresa pagava aos seus fornecedores antes de receber dos seus clientes os créditos concedidos, e isto poderia levar a empresa a recorrer a outros capitais para fazer face aos seus fornecedores. Quanto aos anos de 2010 e 2011 a empresa apresenta um prazo médio de recebimento inferior a do pagamento o que é muito bom para a empresa, isto porque esta a receber dos seus clientes primeiro para depois pagar aos fornecedores. Dentre dos três anos, pode constatar que no ano de 2010 a empresa teve um prazo de recebimento menor e um prazo de pagamento maior, pois quanto menor é o prazo de recebimento maior o prazo de pagamento melhor será para a empresa, em liquidar as suas dívidas com terceiros.

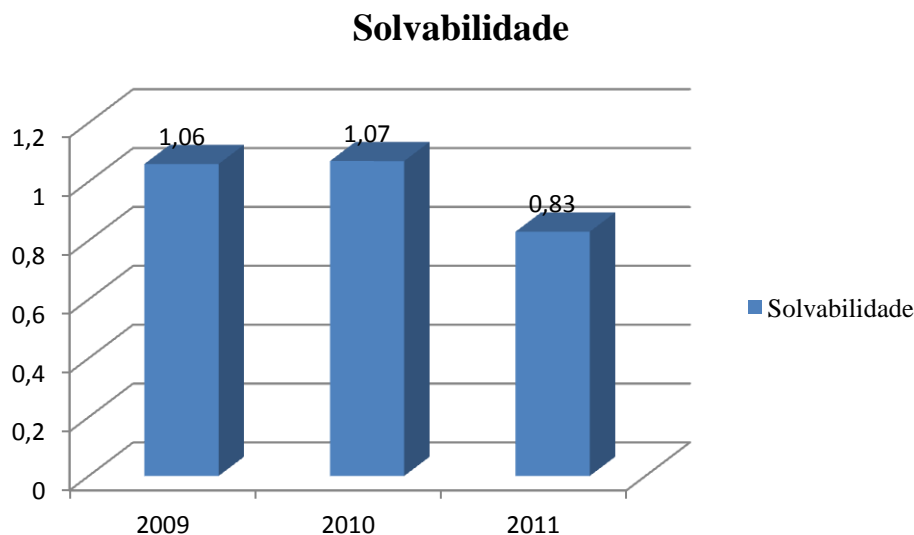
#### **Prazo médio stockagem (meses)**

Este rácio nos dá a ideia de como a empresa está a efectuar a sua gestão de inventários em stock, para o ano de 2011 foi de 1,76 (meses), em 2010 de 1,59 (meses) e 2009 1,19 (meses), tendo aumentado de 2009 para 2010 em 0,4 (meses) e 2010 para 2011 em 0,17 (meses).

#### **Rácio solvabilidade**

Avalia a capacidade da empresa em solver os seus compromissos a médio e longo prazo e determinar a sua independência face a terceiros. Nos anos de 2009 e 2010 a empresa apresentava um índice de solvabilidade superior a um, sendo que no ano de 2010 cresceu 0,01 em relação a 2009, mas nestes dois anos a empresa apresentava a capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo. Em 2011 a empresa apresenta um índice de solvabilidade de 0,81 o que quer dizer que neste período a empresa não teve capacidade de solver todos os seus compromissos a médio e longo prazo.

## Gráfico X - Solvabilidade



Fonte: Dados fornecidos pela empresa em análise 2011, 2010 e 2009

### Autonomia financeira

A autonomia financeira traduz a capacidade da empresa de financiar o activo através dos capitais próprios sem ter de recorrer a empréstimos, em 2011 foi de 43,30%, em 2010, 51,80% e em 2009 51,50%, o que é bom pois os capitais próprios estão a conseguir financiar os activos, (defendem alguns especialistas que este rácio deve situar-se entre 35% a 100%).

### Rentabilidade do activo líquido

Para cada um dos activos investido, a empresa ganhou 9,30% em 2011, 10,20 em 2010 e 6,60% em 2009, tendo aumentado de 3,60% de 2009 para 2010 e decrescido 0,90% de 2010 para 2011.

### Rentabilidade líquida das vendas

Para cada unidade vendida a empresa teve 4,40% de lucro em 2011, 5,60% de lucro em 2010 e 4,80% de lucro em 2009. Ouve um acréscimo de 0,80% de 2009 para 2010 e um

decrescimo de 1,20% de 2010 para 2011 devido ao aumento nas vendas. **Rentabilidade do capital próprio**

Para cada capital próprio investido, a empresa conseguiu 20,60% em 2011, 19,80% em 2010 e 12,70% em 2009, tendo aumentado ao longo dos três anos, 7,10% de 2009 para 2010 e 0,80 de 2010 para 2011. Este rácio traz êxito para o negócio quanto mais bom for o número tornando fácil atrair novos fundos que permitirão à empresa crescer, havendo condições favoráveis de mercado, e isso, por sua vez, conduz a maiores proveitos.

#### **Rotação do activo**

Este rácio indica nos o grau de utilização dos activos. A rotação do activo foi de 2,15 em 2011, 1,85 em 2010 e 1,39 em 2009, tendo aumentado ao longo dos três anos.

#### **Remuneração média anual (mECV)**

A remuneração média anual foi de 1.831 mECV em 2009, 1.792 mECV em 2010 e 1.961 mECV em 2011, tendo diminuído de 2009 para 2010 em 39 mECV e aumentado em 169 mECV de 2010 para 2011.

#### **Produtividade do trabalho (mECV)**

A produtividade do trabalho em 2011 foi de 7.424 mECV, 6.712 mECV em 2010 e 4.715 mECV em 2009, tendo aumentado 1.997 mECV de 2009 para 2010 e 712 mECV de 2010 para 2011, e isto é muito bom, pois, mostra a contribuição produtiva do pessoal utilizado pela empresa.

### **4.3. Apreciação dos resultados obtidos**

A empresa nos anos de 2010 e 2009 apresentava um fluxo de caixa positivo, sendo que no ano de 2009 apresentava um fluxo de caixa superior aos anos de 2010 e 2011 devido a uma boa gestão dos fluxos de caixa das actividades operacionais. Em 2011 o saldo dos fluxos de caixa foi negativo o que podemos constatar que nesse período as actividades operacionais não gerou dinheiro suficiente para fazer face as despesas de investimento e de financiamento, pois os investimentos aumentaram em activos fixos tangíveis em 66,26%, em activos intangíveis em 3774,46%, os pagamentos a financiamento obtidos aumentaram em 100% e os dividendos em 37,41%. Para que tal não aconteceria nesse período a gestão operacional poderia suspender alguns investimentos ou também uma outra forma seria suspender a política de distribuição dos dividendos independentemente de estar ou não com um bom desempenho económico, porque esta situação poderá causar a empresa problemas de liquidez e implicações no comprimento das suas responsabilidades, recorrendo aos capitais alheios, e para evitar esta situação a empresa terá que ter em atenção a gestão operacional.

O rácio de liquidez geral evidenciou que a empresa teve a capacidade de honrar os seus compromissos de curto prazo, sendo o ano de 2010 evidenciou um rácio superior aos outros anos pois nesse periodo apresentava um prazo médio de cabrança menor e um prazo de pagamento superior a dos anos de 2011 e 2009.

O rácio de solvabilidade mostra que a empresa tinha a capacidade de honrar os seus compromissos de médio e longo prazo em 2009 e 2010, já no ano de 2011 a empresa apresentou dificuldades em solver os seus compromissos de médio e longo prazo devido ao aumento nos passivos. A empresa não tinha recursos internos suficientes para financiar os activos de longo prazo, recorrendo assim a capitais alheios para fazer face aos seus credores.

Em termos económicos a empresa está tendo um bom desempenho, as vendas e o resultado líquido estão a aumentar de ano para ano, o balanço e a demonstração de resultados espelham uma boa situação da empresa.

## **CAPITULO 5**

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS**

#### **5.1. Analise das entrevistas**

Todos os entrevistados são licenciados em contabilidade e alguns possuem pós-graduações na área de contabilidade e são técnicos oficiais de contas nas empresas onde trabalham. O tipo de entrevistas utilizada foi a padronizada ou estruturada e foi aplicada a quatro(4) pessoas ligadas a área de contabilidade de uma empresa com o objectivo de avaliar se na prática a demonstração de fluxo de caixa é ou não utilizada como um instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

O guião da entrevista encontra-se no anexo C e é constituído pela caracterização do entrevistado e também por quatro questões. As respostas das entrevistas encontram-se nos anexos D, E, F e G.

De acordo com as entrevistas realizadas constatamos que todas estas empresas tem contabilidade organizada e utilizam o método directo na prestação de contas anuais, mas nem todas utilizam a demonstração do DFC como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão. Apenas dois dos entrevistados disseram que a empresa utiliza a DFC como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão através de planos financeiros e da demonstração dos fluxos de caixa previsional, os outros dois entrevistados referiram que ainda a empresa não utiliza a DFC como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão, apenas produzem a demonstração do fluxo de caixa para a prestação de contas anuais.

## **CAPÍTULO 6.**

### **CONCLUSÃO**

Com a realização deste trabalho concluiu-se que a DFC é um importante instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão, conjugado com as restantes demonstrações financeiras. A DFC fornece informações relevantes, uma vez que permite a administração verificar a consistência dos planos projectados, estimar as exigências e necessidades financeiras da empresa, possibilitando também aos utentes da informação conhecer a real situação financeira da empresa, ou seja o que ela tem disponível e se tem capacidade de honrar os seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

A DFC faz a classificação das actividades realizadas na empresa em, actividades operacionais, de investimento e financiamento. A DFC de acordo com o previsto na NRF2- Demonstração de fluxos de caixa, deve ser elaborada pelo método directo ou pelo método indirecto, mas a própria norma incentiva as entidades a privilegiar o método directo para o relato dos fluxos de caixa de actividades operacionais, pois este método proporciona informação que pode ser útil na estimativa de fluxos de caixa futuros e que não é disponibilizada pelo método indirecto.

Conclui-se que a empresa em análise apresentava um maior valor de variação de caixa e seus equivalentes no ano de 2009 (127.691 mECV), tendo diminuído para o ano de 2010 em 62,01% e de 2010 para 2011 diminuiu em 287,77%. No ano de 2011 a variação de caixa e seus equivalentes foi negativo, o que podemos concluir que as actividades operacionais não gerou dinheiro suficiente para fazer face às despesas de investimento e de financiamento, a gestão operacional da empresa poderia ter tomado medidas para que tal não aconteceria. Uma das medidas seria de suspender alguns investimentos, ou também suspender a política da distribuição dos dividendos independentemente de a empresa estar ou não com um bom desempenho económico. Apesar desta situação em 2011 o índice de liquidez geral (1,32) mostrou que a empresa teve a capacidade de solver os seus compromissos de curto prazo, mas o rácio de solvabilidade revelou que a empresa não teve a capacidade de honrar os seus

compromissos de médio e longo prazo tendo situado em 0,83, constatando assim que a empresa teve que recorrer a capitais alheios para fazer face aos seus compromissos.

Das entrevistas realizadas, concluí-se que nem todas estas empresas utilizem a DFC como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

Futuramente espera-se que as empresas existentes em Cabo Verde elaborem esta demonstração financeira não por ser obrigatório segundo SNCRF, mas sim pela sua importância como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

### **LIMITAÇÕES DO TRABALHO**

As limitações encontradas foi a quando da aplicação da entrevista, onde os entrevistados não tinham muito tempo, por estar num período de fecho de contas na empresa.



## BIBLIOGRAFIA

- **Livros:**

ALMEIDA, Rui M. P.; BARROS, Argentina F. L. – *O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro* – SNCRF – de Cabo Verde. Dezembro de 2009, AFT - Edições Técnicas.

BORGES, António; RODRIGUES, Azevedo – *Contabilidade e Financas para a Gestão*. 4ª Edição, Lisboa, Novembro 2008: Áreas Editora. ISBN 978 - 989-8058-36-2.

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C. – *Princípios de Finanças Empresariais*. 5ª Edição, Editora Mcgraw-Hill de Portugal, Lda.

CAIADO, António Campos Pires; GIL, Primavera Martins Daniel – *Metodologias de Elaboração dos Fluxos de Caixa*. Lisboa, Novembro 2004: Áreas Editora. ISBN 972 - 8472 - 71 - 4.

CARAVANTES, Geraldo R.; PANO, Cláudia C.; KLOECKER, Mônica C. – *Administração: Teorias e Processos*. São Paulo: Person Prentice Hall, 2005. ISBN 85-7605-026-9.

CHIAVENATO, Idalberto – *Introdução á Teoria Geral da Administração*. 7ª Edição, Rio Janeiro: Elsevier, 2003: Elsevier Editora Ltda. ISBN 85 – 352 – 1348 – 1.

FERREIRA, Manuel Portugal; SERRA, Fernando Ribeiro – *Casos de Estudo: Usar, Escrever e Estudar*. Lisboa – Porto, Abril de 2009, Lidel – Edições Técnicas, Lda. ISBN 978-972-757-582-4.

GITMAN, Lawrence J. – *Princípios da Administração Financeira*. Essencial; Tradução Jorge ritter, 2ª Edição, Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 85-7307-776-x.

MARTINS, António; CRUZ, Isabel; AUGUSTO, Mário; SILVIA, Patrícia Perreira da; GONÇALVES, Paulo Gama – *Manual Gestão Financeira Empresarial*. Coimbra, Agosto de 2009, Coimbra Editora. ISBN 978 - 972- 32 - 1728- 5.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria – *Técnicas de Pesquisa*. 6ª Edição, São Paulo, 2006, Editora Atlas, SA. ISBN 85-224-4250-9.

MOTA, António Gomes; BARROSO, Clementina Dâmaso; NUNES, João Pedro; FERREIRA, Miguel Almeida – *Finanças da Empresa: Teoria e Prática*. 3ª Edição, Lisboa 2010, Edições Silabo, Lda. ISBN 978-972-618-610-6.

NABAIS, Carlos; NABAIS, Francisco – *Prática Financeira II: Gestão Financeira*. Manual Prático Leal. 4ª Edição, Lisboa, Porto, Julho 2011, Lidel – Edições Técnicas, Lda. ISBN 978-972-757-730-4.

NEVES, João Carvalho das – *Análise Financeira: técnicas fundamentais*. 1ª Edição, Lisboa, Fevereiro 2006, Texto Editores, Lda. ISBN 972-47-2597-9.

PINHO, Carlos Santos; TAVARES, Susana – *Análise Financeira e Mercados*. Lisboa, Novembro de 2005, Áreas Editora, SA. ISBN 972-8472-89-7.

SAIAS, Luis; CARVALHO, Rui de; AMARAL, Maria do Céu – *Instrumentos Fundamentais de Gestão Financeira*. 4ª Edição, Lisboa, Setembro de 2004, Universidade Católica Editora. ISBN 972-54-0096-8.

SANTOS, Luis Lima – *Fluxo Caixa*. 3ª Edição, Porto, Fevereiro 2004: Vida Económica. ISBN 972-788-093-2.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt – *Demonstrações Financeiras: Abrindo a Caixa Preta*. São Paulo, Editora Atlas S.A, Atlas 1997. ISBN 85-224-1571-4.

SILVA, Eduardo Sá – *Normas Internacionais de Contabilidade: abordagem teórica e prática*. Novembro 2004. ISBN 972-788-125-4.

STONER, James A. F.; FREEMAN, R. Edward – *Administração*. 5ª Edição, Tradução: Alves Calado, Livros Técnicos e Científicos, Editora, SA, Rio Janeiro, 1994.

- **Lei e decreto-lei:**

Decreto-lei nº 5/2008 de 4 Fevereiro III Suplemento, de Dezembro de 2008, Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para Cabo Verde.

- **Trabalhos académicos de investigação:**

MENDES, Nelida Melo – A Importância da Demonstração do fluxo de Caixa e o Paradigma da Utilidade. Mindelo, Maio de 2008.

PIRES, Sónia Livramento da Cruz – Fluxo de Caixa como Ferramenta na Tomada de Decisão – Caso: Bento, SA. Mindelo, 30 de Novembro 2011.

- **Sites consultados:**

[www.enacol.cv](http://www.enacol.cv) – acedido entre o dia 8 a 25 de janeiro 2013.

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24895/000745520.pdf?sequence=1> – acedido a 7 novembro de 2012 – 9h e 35min.

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/1139/Luiz%20Lauro%20Baesso.pdf?sequence=1> – acedido a 8 novembro de 2012 – 11h e 40min.

<http://www.tomislav.com.br/fluxo-de-caixa-instrumento-de-planejamento-e-controle-financeiro-e-base-de-apoio-ao-processo-decisorio/> - acedido a 8 novembro de 2012 – 12h e 10min.

## **ANEXOS**

## Anexo A - Balanço

Balanço da Enacol dos anos de 2011,2010 e 2009

(montantes expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos)

RUBRICAS	2011	2010	2009	Varição 11/10	Varição 10/09
<b>ACTIVO</b>					
<b>Activo não corrente</b>					
Activos fixos tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	95.932	94.666	94.666	1,34%	0,00%
Edifícios e outras construções	786.190	713.743	750.695	10,15%	-4,92%
Equipamento básico	535.058	537.149	474.995	-0,39%	13,09%
Equipamento de transporte	264.292	229.230	243.913	15,30%	-6,02%
Equipamento administrativo	85.668	98.205	88.302	-12,77%	11,21%
Outros activos fixos tangíveis	127.822	123.142	159.226	3,80%	-22,66%
Activo fixos tangíveis em curso	187.991	172.760	174.985	8,82%	-1,27%
Propriedades de investimento					
Edifícios e outras construções	5.006			100,00%	0,00%
Activos intangíveis					
Programas de computador	5.009	3.273	3.640	53,04%	-10,08%
Activos intangíveis em curso	24.321			100,00%	0,00%
Participações financeiras	194.570	70.038	68.845	177,81%	1,73%
Outras contas a receber			1.900	0,00%	-100,00%
Activos por impostos diferidos	6.614	9.921		-33,33%	100,00%
<b>Total do activo não corrente</b>	<b>2.318.473</b>	<b>2.052.127</b>	<b>2.061.167</b>	<b>12,98%</b>	<b>-0,44%</b>
<b>Activo corrente</b>					
Inventários					
Mercadorias	2.119.936	1.135.692	467.899	86,66%	142,72%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	104.241	135.599	120.397	-23,13%	12,63%
Outros produtos de consumo	17.610	19.307	15.443	-8,79%	25,02%
Clientes	2.758.790	1.868.278	1.763.622	47,66%	5,93%
Estado e outros entes públicos	459.098	1.089		42057,76%	100,00%
Outras contas a receber	213.703	874.881	869.976	-75,57%	0,56%
Diferimentos	6.248	24.160	7.349	-74,14%	228,75%
Caixa e depósitos bancários	426.792	533.996	472.971	-20,08%	12,90%
<b>Total do activo corrente</b>	<b>6.106.418</b>	<b>4.593.002</b>	<b>3.717.657</b>	<b>32,95%</b>	<b>23,55%</b>
<b>Total do activo</b>	<b>8.424.891</b>	<b>6.645.129</b>	<b>5.778.824</b>	<b>26,78%</b>	<b>14,99%</b>

RUBRICAS	2011	2010	2009	Variação 11/10	Variação 10/09
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>Capital próprio</b>					
Capital realizado	500.000	500.000	500.000	0,00%	0,00%
Reservas legais	121.725	121.725	121.725	0,00%	0,00%
Outras reservas	2.379.546	2.172.962	2.021.419	9,51%	7,50%
Ajustamentos em activos financeiros	20.379	20.379	20.379	0,00%	0,00%
Outras variações no capital próprio	6.614	9.921		-33,33%	100,00%
Resultados transitados		-66.141	-66.141	-100,00%	0,00%
Resultado líquido do período	786.865	680.724	378.859	15,59%	79,68%
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3.815.129</b>	<b>3.439.570</b>	<b>2.976.241</b>	<b>10,92%</b>	<b>15,57%</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>Passivo não corrente</b>					
Provisões	12.629	12.629	14.085	0,00%	-10,34%
<b>Total do passivo não corrente</b>	<b>12.629</b>	<b>12.629</b>	<b>14.085</b>	<b>0,00%</b>	<b>-10,34%</b>
<b>Passivo corrente</b>					
Fornecedores	3.151.395	1.200.157	1.019.990	162,58%	17,66%
Adiantamentos de clientes	12.867			100,00%	0,00%
Estado e outros entes públicos	380.304	465.939	307.709	-18,38%	51,42%
Accionistas	37.745	37.606	107.106	0,37%	-64,89%
Financiamentos obtidos	258.669	216.986	126.986	19,21%	70,87%
Outras contas a pagar	756.153	1.272.242	1.226.299	-40,57%	3,75%
Diferimentos			408	0,00%	-100,00%
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>4.597.133</b>	<b>3.192.930</b>	<b>2.788.498</b>	<b>43,98%</b>	<b>14,50%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>4.609.762</b>	<b>3.205.559</b>	<b>2.802.583</b>	<b>43,81%</b>	<b>14,38%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>8.424.891</b>	<b>6.645.129</b>	<b>5.778.824</b>	<b>26,78%</b>	<b>14,99%</b>

Fonte: Relatório e contas Enacol 2011,2010 e 2009

## Anexo B – Demonstração Resultados

Demonstração resultados da Enacol dos anos de 2011,2010 e 2009

(Montantes expressos em milhares Escudos Cabo-verdianos)

RUBRICAS	2011	2010	2009	Variação 11/10	Variação 10/09
Vendas e Prestações de serviços	18.123.388	12.303.147	8.054.116	47,31%	52,76%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas	128.269	4.237	2.624	2927,35%	61,47%
Trabalhos para a própria entidade	1.486	22.191	9.376	-93,30%	136,68%
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	-15.281.386	-9.768.061	-6.091.531	56,44%	60,35%
<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>2.971.757</b>	<b>2.561.514</b>	<b>1.974.585</b>	<b>16,02%</b>	<b>29,72%</b>
Fornecimentos e serviços externos	-1.034.063	-881.728	-728.578	17,28%	21,02%
<b>Valor acrescentado bruto</b>	<b>1.937.694</b>	<b>1.679.786</b>	<b>1.246.007</b>	<b>15,35%</b>	<b>34,81%</b>
Gastos com o pessoal	-460.887	-422.938	-432.109	8,97%	-2,12%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-38.201		163.679	-100,00%	100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-44.868	-34.625	-172.027	29,58%	-79,87%
Provisões (aumentos/reduções)		-3.102	-14.085	-100,00%	-77,98%
Outros rendimentos e ganhos	243.878	196.394	164.897	24,18%	19,10%
Outros gastos e perdas	-363.754	-251.840	-247.620	44,44%	1,70%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>1.273.862</b>	<b>1.163.675</b>	<b>708.742</b>	<b>9,47%</b>	<b>64,19%</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-268.167	-257.011	-257.364	4,34%	-0,14%
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>	<b>1.005.695</b>	<b>906.664</b>	<b>451.378</b>	<b>10,92%</b>	<b>100,87%</b>
Juros e ganhos similares Obtidos	26.946	29.039	93.062	-7,21%	-68,80%
Juros e perdas similares suportados	-7.054	-10.960	-11.839	-35,64%	-7,42%
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>1.025.587</b>	<b>924.743</b>	<b>532.601</b>	<b>10,91%</b>	<b>73,63%</b>
Imposto sobre o rendimento do período (25%)	-238.722	-244.019	-153.742	-2,17%	58,72%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>786.865</b>	<b>680.724</b>	<b>378.859</b>	<b>15,59%</b>	<b>79,68%</b>

Fonte: Relatório e contas Enacol 2011, 2010 e 2009

## **Anexo C - Guião de entrevista**

### **1. Apresentação**

**Realizador:** Dário Rocha Andrade                      **Credenciais:** Estudante do curso de Licenciatura em Contabilidade e Administração no Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais, São Vicente

**Local da entrevista:** São Vicente

**Data:** 11 e 12/01/2013

**Título: Demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão**

### **2. Objectivo**

É de recolher informações passíveis de reforçar o trabalho e ver se na prática a demonstração dos fluxos de caixa é ou não utilizada como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão. A entrevista utilizada é a padronizada ou estruturada e é composta por quatro(4) perguntas a quatro(4) pessoas ligadas a área de contabilidade numa empresa. Não perca muito tempo nas questões. Obrigado!

### **3. Principais questões**

3.1. Caracterização do entrevistado

3.2. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa?

3.3. Qual é o método de elaboração da demonstração do fluxo de caixa que a sua empresa utiliza?

3.4. Qual é o período de elaboração da demonstração do fluxo de caixa na sua empresa?

3.5. A empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão?



## **Anexo D – Entrevistado nº1**

### **1. Caracterização do entrevistado**

Licenciado em contabilidade e administração e contabilista na empresa X.

### **2. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa?**

Sim, a empresa onde trabalho tem contabilidade organizada e elaboramos a demonstração dos fluxos de caixa.

### **3. Qual é o método de elaboração da demonstração do fluxo de caixa que a sua empresa utiliza?**

O método utilizado é o método directo.

### **4. Qual é o período de elaboração da demonstração do fluxo de caixa na sua empresa?**

O período de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa é no final do ano para a prestação de contas.

### **5. A empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão?**

Não, ainda a nossa empresa não utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

## **Anexo E – Entrevistado nº2**

### **1. Caracterização do entrevistado**

Licenciado em contabilidade e administração, pós-graduação em contabilidade e trabalha na área de contabilidade na empresa Y.

**2. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa?**

Sim, a empresa tem contabilidade organizada e elaboramos a demonstração dos fluxos de caixa todos os anos.

**3. Qual é o método de elaboração da demonstração do fluxo de caixa que a sua empresa utiliza?**

O método utilizado é o método directo.

**4. Qual é o período de elaboração da demonstração do fluxo de caixa na sua empresa?**

O período que elaboramos a demonstração dos fluxos de caixa é anualmente.

**5. A empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão?**

Sim, a empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão, através de planos financeiros e através da demonstração dos fluxos de caixa previsional.

**Anexo F – Entrevistado nº3**

**1. Caracterização do entrevistado**

Licenciado em contabilidade e trabalha na área de contabilidade na empresa W.

**2. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa?**

Sim.

**3. Qual é o método de elaboração da demonstração do fluxo de caixa que a sua empresa utiliza?**

Utilizamos o método directo.

**4. Qual é o período de elaboração da demonstração do fluxo de caixa na sua empresa?**

No final do ano nós produzimos a demonstração dos fluxos de caixa e também as outras demonstrações financeiras.

**5. A empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão?**

Ainda na nossa empresa não utilizamos a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.

**Anexo G – Entrevistado nº4**

**1. Caracterização do entrevistado**

Licenciado em contabilidade, chefe do departamento de contabilidade na empresa Z.

**2. A empresa dispõe de uma contabilidade organizada que permite a elaboração da demonstração dos fluxos de caixa?**

Sim, a empresa tem contabilidade organizada e produzimos a demonstração dos fluxos de caixa.

**3. Qual é o método de elaboração da demonstração do fluxo de caixa que a sua empresa utiliza?**

É o método directo que utilizamos na demonstração dos fluxos de caixa.

**4. Qual é o período de elaboração da demonstração do fluxo de caixa na sua empresa?**

Nós produzimos a demonstração dos fluxos de caixa anualmente.

**5. A empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão?**

Sim, a empresa utiliza a demonstração dos fluxos de caixa como instrumento de planeamento financeiro e de tomada de decisão.